ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2005

ACTA Nº 03

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Grandes Opções do Plano 2006/2009 e Orçamento 2006.

3 – Alteração do Espaço Canal da Via Alternativa à EN 379.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Luis Miguel Calha da CDU
- Sr. Carlos Vitorino do PSD

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Srs. Luis Miguel Calha e Carlos Vitorino iniciarão a sua participação nos trabalhos mais tarde, uma vez que se encontram em trânsito vindos de Lisboa, onde decorreu a cerimónia de tomada de posse da Assembleia Metropolitana de Lisboa, na qual estiveram presentes para tomarem posse no cargo para que foram eleitos.

Solicita à Assembleia a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Solicita, ainda, a aprovação da minuta da acta nº. 02 de 29.11.2005 dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuída.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, chama a atenção para uma pequena incorrecção na votação do ponto nº. 1 pelo que solicita seja rectificada.

Sr. Presidente da Mesa, informa que irá ser efectuada a rectificação e de imediato propõe a aprovação a minuta da acta, tendo esta sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE).

Agradece a presença do público presente e aproveita para informar que uma vez que se trata de sessão ordinária haverá um período destinado à sua intervenção.

Passou-se de imediato ao período destinado à intervenção dos munícipes.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe pretende intervir.

Sr. Vítor Baião, morador em Ferra Cinta. Diz que a sua intervenção tem a ver com o ponto três da Ordem de Trabalhos – Alteração do Espaço Canal da Via Alternativa à E.N. 379. De acordo com informações que tem obtido ao longo de quatro meses, haveria uma solução que seria preconizada pela Câmara apelidada de solução C. Pelo que é conhecedor hoje essa solução foi alterada e pretende-se que seja votada a solução D. Pede à Assembleia muita calma, muita serenidade, muito bom senso porque não se está perante nenhuma decisão que amanhã tenhamos de tomar porque os estudos de pormenor só daqui a um ano se irão iniciar daqui a um ano. Porquê a alteração da solução C para a solução D? A solução C, na sua opinião e na de muitos munícipes, é aquela que responde melhor em termos de ambiente, em termos técnicos e em termos de acessibilidade. Era esta também, quando os estudos se iniciaram, a opinião da Câmara Municipal. Por sobranceria da Brisa, por questões de "quero, posso e mando" da Brisa, parece que impôs durante estes meses que a estrada (que seria a solução C) não deveria acompanhar a auto-estrada. Refere-se à solução que vai do nó da Volta da Pedra para norte, ou seja na direcção de Cabanas. Esta imposição da Brisa, na sua opinião, não tem qualquer razão de ser, porque embora exista na Câmara um documento a que teve acesso, a Brisa não pensa ampliar para as terceiras faixas de Coina a Palmela nos próximos dezoito anos. A actual solução D, se vier a ser aprovada, destrói quintas, árvores, ambientes com dezenas e centenas de anos. Destrói, inclusive, locais onde estão pessoas a viver como é o seu caso que terá que abandonar Palmela. Destrói 28 sobreiros, o que é impensável, porque é expressamente proibido fazê-lo. É esta solução que, se for aprovada, vai implicar, por parte da pessoas que se sentem lesadas, actuações e defesas naturais porque as pessoas têm que se defender. Não o movem nem interesses comerciais, nem económicos, nem industriais e muito menos de construção civil. É um

simples cidadão com um terreno e uma casa. Movem-no os interesses duma casa e do bom ambiente do Concelho de Palmela. Termina dizendo que tem coragem e espera que a Assembleia e a Câmara Municipal também a tenham.

Sr. Carlos Vitorino, inicia participação nos trabalhos cerca das 21,35 horas.

Sr. Domingos Pires de Miranda, morador em Samouco desde 1978. Nessa altura comprou um terreno onde fez a sua casa e onde desenvolveu, até hoje, a sua actividade com um restaurante na Quinta dos Leitões. Aproveita para felicitar a Sra. Presidente por ter vencido um novo mandato bem assim como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Em relação ao Espaço Canal, foi informado nestes últimos três dias que iria passar a escassos 40/50 metros da sua residência. Comprou também mais três propriedades na parte de baixo do restaurante com a intenção de fazer vivenda para os filhos. Como desde há nove anos estava condicionada a construção, os filhos tiveram que partir. Foi lesado nos seus direitos como cidadão. Há cerca de três anos teve um acidente que lhe ia roubando a vida e nessa altura pensou em vender as propriedades reduzindo-se à residência. Não o pode fazer porque as propriedades estavam condicionadas. Agora são destruídos cento e sessenta metros das três propriedades, ficando sem parque e sem vias de acesso à sua casa. Ali está o suor, sangue e lágrimas desde 1978 até hoje. Agradecia encarecidamente que os senhores técnicos da Câmara vissem que a alternativa paralela com a auto-estrada não vai prejudicar absolutamente ninguém. Pensa que as pessoas que vivem no cabeço podem mover muitas influências, mas não acredita que esta Câmara seja influenciada. Passa a cerca de 70 metros da casa dos mesmos e acha que não é um simples depósito de gás que vai alterar esta via alternativa. Está convencido que, se no local, os técnicos percorressem a distância que vai entre a Mercedes e a estrada da Moita, viam claramente que a alternativa C seria a melhor e não prejudicaria absolutamente ninguém. Na realidade possui 28 sobreiros, que é um parque natural onde brinca com os seus netos, e tem pena que consigam passar uma estrada por ali. Faz votos para que a Câmara se debruce sobre o facto, e que haja bom senso por parte de todos no sentido desta via alternativa não vir a prejudicar gravemente a sua vida.

Sr. Américo Sousa Pereira, morador em Aires há cerca de 13 anos, diz que também é um dos interessados nesta questão uma vez que quer a alternativa C como a D tocam em propriedades da sua empresa onde pretendem desenvolver actividade industrial com a intenção de criar postos de trabalho e desenvolvimento do Concelho. É sabido dos problemas que existem com a Autoeuropa, que poderá fechar as portas em 2009, e por isso é bem vinda a criação de novas empresas e novos postos de trabalho. A sua empresa tem intenção de expandir a área industrial mas está a ser prejudicada pela criação do espaço canal da alternativa D. Sabe que houve entidades públicas que se pronunciaram favoravelmente em relação à alternativa C, e mais tarde a JAE, que em sua opinião é um governo dentro doutro governo, veio a opor-se. Refere o condicionamento existente em tempos na zona de Montijo/Alcochete com a criação de um espaço canal que impediu durante muito tempo o desenvolvimento da zona. Em sua opinião a alternativa C é a que melhor serve os interesses municipais e dos munícipes porque é aquela que prejudica menor número de pessoas. Diz que também é prejudicado com uma parcela de seis mil metros de

terreno, e que a alternativa D passa por um seu terreno de vinte e cinco mil metros e onde pretende desenvolver uma industria com um investimento de bastante volume. Não entende porque é que, se estava aprovada a alternativa C, se mudou para a alternativa D. Deve-se mudar para melhor e não para pior. Se a alternativa C era aquela que menos impacto tinha e era a que menos prejudicava, era a que permitia criar um núcleo de indústrias e desenvolvimento. Não percebe porque é que se muda para a posição D. Termina dizendo que é por essa razão que os proprietários se sentem prejudicados e solicitam que haja um bom consenso da Assembleia e que rectifique a alternativa D para a alternativa C, aquela que menos prejudica as pessoas de Palmela.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais algum munícipe quer intervir. Não havendo mais intervenções dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos. Diz que ontem em reunião havida na Câmara Municipal com um dos interessados (que hoje se manifestou em relação à questão) já prestou a informações necessárias mas irá novamente fazê-lo. O que está em causa, no essencial desta proposta, é a apresentação de um cenário para o desenvolvimento deste traçado da via alternativa à EN 379, que todos temos vindo a defender, tendo em conta a importância desta estrada para a circulação no nosso Concelho nas zonas de Quinta do Anjo e Cabanas, as mais afectadas na freguesia de Palmela. De facto, foram estudadas várias alternativas, embora o espaço canal que existe definido desde sempre em PDM, e que foi aprovado em 1997, tem um traçado que é muito largo e que funciona como uma zona de defesa relativamente a um futuro traçado que na altura não se sabia qual deveria ser. Apesar do espaço canal se encontrar definido, mas tendo em conta o desenvolvimento do território que entretanto aconteceu, foram feitos outros estudos antes de ser apresentada uma proposta para um traçado. É nesse contexto que surgem as hipóteses que os munícipes invocam para além das outras que também existiram. Em primeiro lugar surgiu uma solução B que foi estudada internamente ao longo do traçado da A2 num trajecto muito próximo da própria auto-estrada que faz parte da área de defesa e protecção da própria auto-estrada. O aspecto mais vantajoso dessa solução seria o facto do traçado se aproximar muito da auto-estrada e com isso evitar alguns dos impactes negativos que estas vias costumam ter, nomeadamente ao nível do ruído. Esta solução seria o cenário ideal porque era a que tinha menor impacte para o território municipal. Uma vez que uma parte da via se desenrolava dentro do espaço canal da Brisa, era obrigação da Câmara consultar aquela entidade. Depois de muitos contactos e de muitas reuniões técnicas há um ofício da Brisa que, de forma irredutível, considera que nenhuma das soluções era viável. Nesse contexto começou-se a estudar uma alternativa que foi denominada A, que tecnicamente foi considerada muito desfavorável, desde logo do ponto de vista da topografia. Em simultâneo foi estudada a alternativa C, que é agora invocada pelos Srs. Munícipes. A alternativa C é aquela que, do ponto de vista técnico, se afigura perfeitamente exequível. Foi estudada, discutida publicamente e, ao contrário do que foi referenciado, recolheu muitas reclamações e afecta vinte e oito propriedades. Não é possível dizer que a alternativa C não afecta nada nem ninguém. É evidente que os munícipes que estão presentes são afectados pela alternativa D, mas noutros momentos também houve a reclamação das pessoas que eram afectadas pela alternativa C, num total de 28 propriedades tiveram 10 reclamações. Face a esta situação, e sendo que, na alternativa C, se está completamente fora do

espaço canal, entendeu-se haver muito pouca legitimidade para fazer aprovar uma solução deste tipo. É neste contexto, e depois já da discussão pública, se passou para alternativa D que é estudada tecnicamente, é debatida com a população e discutida com a Brisa. Esta alternativa está dentro do espaço canal e só se afasta pontualmente na zona de Quinta do Anjo. O estar dentro do espaço canal tem importância quer legal quer moral, porque se a Câmara Municipal tem que afectar 28 propriedades numa hipótese que trabalha completamente fora do espaço canal ou tem que afectar 23 propriedades numa hipótese que trabalha completamente dentro do espaço canal, é não só formal e legalmente mais legitimo defender essa solução, sendo que do ponto de vista técnico uma e outra não apresentam muitas alterações, com grandes vantagens ou desvantagens. Formalmente é mais legítimo e moralmente é mais defensável. Foi invocado o caso de uma propriedade que já existe há muitos anos e que é anterior à marcação do espaço canal sobre o PDM. Mas o caso do Sr. Munícipe que interveio em primeiro lugar é diferente porque adquiriu a sua propriedade há 5/6 anos, claramente depois da marcação do espaço canal sobre o PDM. É difícil um cidadão ignorar que adquiriu ou consolidou uma propriedade dentro de um espaço canal com estas condicionantes. Pensa que esta solução tem que ser definida porque todo o território está comprometido por este grande espaço canal que aqui existe. É também indispensável que se mantenha junto da Brisa todo um conjunto de esforços e de procedimentos no sentido de vir eventualmente a ver aceitar novas soluções. Termina dizendo que enquanto não se tomar esta decisão, nada pode acontecer do ponto de vista da libertação deste espaço canal, e nada pode acontecer do ponto de vista dos estudos da própria via.

Sr. Luis Miguel Calha, inicia participação nos trabalhos cerca das 21,50 horas.

Sr. Presidente da Mesa, sabe que os munícipes que falaram anteriormente gostariam de tornar a falar mas crê que todos entenderam as razões, de um lado e outro, e como diz a Sra. Presidente a decisão terá que ser tomada na altura devida.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente da Mesa, diz que lhe chegou à Mesa uma Moção da CDU.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, pede algum tempo para efectuar a leitura da Moção uma vez que só foi entregue uma cópia por bancada.

Sr. Presidente da Mesa, diz que a Moção vai ser lida com calma e pede aos Srs. Deputados para terem toda a atenção durante a leitura.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, passa a ler a Moção sobre a Proposta de Orçamento de Estado para 2006 que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). De imediato pergunta se alguém quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, inicia a sua intervenção fazendo uma alusão a uma personagem que há alguns anos atrás contracenou no programa Zip Zip para dizer que o Partido Socialista não embarca no facilitismo, no enganar do povo, porque há recursos que têm que ser optimizados e que têm que ser geridos em contenção. É exigido a todos os portugueses um esforço suplementar. É interessante verificar que nesta Moção não celebraram que o PIDDAC para Palmela este ano é superior à soma dos PIDDAC dos últimos três anos. Mesmo em tempo de vacas magras o Partido Socialista no Governo tem tido o cuidado de gerir criteriosamente os poucos recursos que Portugal tem. Tem chamado, chama e dá o exemplo da contenção, da moderação que tem que haver neste momento e que todos os portugueses têm que perceber que tem que haver um esforço nacional convergente para levarmos a bom porto e ultrapassarmos a crise que nos vai apertando. Deste modo e não querendo entrar numa análise mais aprofundada, que não foi permitida pelo Sr. Presidente da Assembleia, informa que a bancada do Partido Socialista vai votar contra.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta cumprimentos. Apesar de ter sido apanhado de surpresa pela apresentação desta Moção acha que não será necessário fazer nenhum intervalo para a analisar. As considerações que irá fazer são as seguintes: Portugal está numa crise orçamental profunda que começou na segunda metade da década de noventa. A partir de noventa e nove desenhou-se uma crise orçamental tremenda que nenhum Governo conseguiu até hoje debelar. Certo é também que a situação internacional não tem ajudado e a situação para este problema passaria por uma Europa mais forte e até eventualmente neoprotecionista, mais unida mas os europeus têm rejeitado estas propostas. Precisamente há um ano, durante a campanha eleitoral, o Sr. Primeiro Ministro prometeu o contrário do que está a fazer hoje. No único debate que houve na altura ficou bem claro que haveria redução de impostos, que a situação estava a ser empolada pelo então Governo do Partido Social Democrata e do Centro Democrático Social, etc. Nestas coisas há que ter memória, e também há que ter memórias quando se fala dos PIDDAC. Os PIDDAC do outro Governo para Palmela foram extraordinariamente reduzidos, e o PSD de Palmela sempre se sentiu profundamente com essa menor atenção do Governo a Palmela e não é isso que está em causa. Há um aspecto que o Sr. Dr. Miranda Lemos terá que recordar, é que se o PIDDAC este ano é superior ao do ano passado, e até aos dos últimos três anos, é porque inclui uma obra que resulta de um protocolo bem negociado e celebrado entre a autarquia e o Governo PSD/CDS, o Protocolo de Construção da Escola de Poceirão/Marateca. E é isso que provoca o efeito financeiro de uma aparente melhoria do PIDDAC. Posto isto, reconhece que não pode haver outra política em 2006 que não seja uma grande contenção. Estamos num ano de "vacas magríssimas" e todos nós temos que distribuir os sacrifícios, por isso mesmo não se revê nesta Moção, porque pressupõe que haja um regime especial mais favorável para as autarquias do que para o resto da administração pública, nomeadamente para os corpos especiais. É evidente que há congelamento de carreiras na administração pública e por isso também tem que haver na administração local. O aumento salarial deverá alinhar-se pela inflação previsível na

administração pública e que será certamente o mesmo para a administração municipal. Embora lamente este facto, acha que todos nós temos que participar neste esforço de contenção que é um esforço nacional para tentar que a economia, uma vez reequilibradas as contas públicas, possa voltar a crescer a partir de 2007/2008.

Sr. Carlos Guinote do BE, começa por dizer que se revê na Moção, embora considere que devia estar mais completa. Devia explicar as razões porque há falta de dinheiro de um lado e não há falta de dinheiro noutro. O Bloco de Esquerda tem tomado várias vezes posição sobre a forma de o Estado ter fundos para acudir a estas necessidades e para não fazer mossa sempre nos mesmos. O Orçamento de Estado prejudica claramente a maioria da população e favorece uma minoria que cada vez fica mais rica enquanto a maioria fica cada vez mais pobre e com mais problemas. Dirigindo-se ao Sr. Dr. Miranda Lemos diz que não é necessário misturar água no leite porque qualquer um de nós sabe onde ir buscar o leite e onde estão as tetas. Qualquer um de nós sabe que há muitas pessoas a construir uma casa sem pagar IVA, comprando materiais e pagando a pessoas que não pagam IVA. O Governo, o actual e o anterior, tem sido resistente em acabar com o segredo bancário, uma forma de verificar como é que as pessoas são ricas e como é que o dinheiro lhes chegou aos bolsos. Por outro lado, e completando o que vinha dizendo sobre a fuga ao fisco, o que há é falta de vontade política porque toda a gente sabe quem foge ao fisco. Termina dizendo que, apesar de considerar que a Moção está incompleta, vai votar favoravelmente.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, apresenta cumprimentos. Diz que hesitou em intervir porque esperava que acontecesse algo semelhante ao que aconteceu no Congresso da ANMP, no Porto, ou seja uma generalizada unanimidade de repúdio em relação a este Orçamento de Estado. De facto estamos conscientes que são as autarquias locais que mais promovem o desenvolvimento no país e nas nossas comunidades. Existem dados precisos, estatísticas oficiais de organismos oficiais, que dizem claramente que as autarquias representam 2% da despesa pública, recebem 10% da receita do estado mas garantem 25% de investimento e cerca de 18% do emprego. Sabemos que acabamos de ser eleitos e que assumimos compromissos com as populações. Porque somos pessoas de palavra, custa-nos ver obras adiadas, custa-nos ter feito contas com dinheiro que estaríamos à espera de receber para responder às necessidades das nossas populações e agora não sabe que argumentos mais arranjar. Crê que todos temos a consciência que vivemos um contexto sócio-económico difícil, que os meios são escassos, que as exigências são crescentes e as incompreensões são muitas. Parece-lhe que há a tentativa de tentar desacreditar aqueles que estão nas autarquias locais, descarregando competências, alijando responsabilidades e transferindo cada vez menos dinheiro dos nossos impostos. Gostaria de perguntar se é ou não verdade que, em nome da solidariedade que é solicitada, se assiste a factos completamente inconcebíveis. O governo não quer que as autarquias se endividem e impõem-se restrições. Entretanto o Governo atribui a si próprio a possibilidade do endividamento líquido até ao máximo de onze milhões de euros. Ao mesmo tempo conhecem-se coisas curiosíssimas: diminuem-se verbas para as autarquias em 2006 e o orçamento dos gabinetes dos membros do Governo é aumentado em mais de 12%. Factos que o cidadão comum não e os autarcas também não e que não podem deixar passar em claro. Dirigindo-se à bancada do

Partido Socialista diz que compreende o desconforto da bancada do Partido Socialista mas gostava que ouvissem os seus autarcas no Porto. Este Orçamento de Estado é extremamente penalizador para quem tem combatido o despesismo e para quem tem feito investimento e criado emprego. Por tudo isto, é injusto que deixemos passar em claro uma situação desta natureza. Crê que, na pior das hipóteses, ficaria bem a abstenção. Votar contra é dar um tiro no pé, no poder local e nas autarquias.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à votação, tendo sido aprovada por maioria com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE), 6 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apresenta cumprimentos e votos de boas festas. Diz que hoje vai-se votar a aprovação da alteração do espaço canal que irá possibilitar a realização da via alternativa à EN 379. A Sra. Presidente prometeu aos quintajenses que o acesso que atravessa o Palmela Village só seria privatizado quando a alternativa à EN 379 se concretizasse. Trata-se de mais uma promessa não cumprida. Mais do que isso: é uma afronta aos direitos de todos os cidadãos que há dezenas de anos utilizam aquela via sabendo que é um dos poucos acessos ao comboio e à comunicação com Lisboa. É ainda lamentável que a Câmara Municipal não defenda, como lhe compete, os interesses dos seus munícipes e privilegie o abuso de um promotor privado. Exigimos o empenho da Sra. Presidente e da autarquia para que se reponha o direito à franca utilização daquela via. É um direito dos moradores da Quinta do Anjo e é um bem de utilização pública que o tempo se encarregou de dar às nossas populações. Exigimos que se cumpram as promessas da Sra. Presidente e exigimos que não haja cedências sem contrapartidas a privados que apenas, e sem qualidade pretendem, a pataco, utilizar um bem da freguesia da Quinta do Anjo. A Sra. Presidente está a ceder a interesses que não são os das populações porque o Palmela Village (que começou sem planeamento e de forma ligeira) é hoje um amontoado de construções rídiculas. Onde estão o empreendimento turístico, o hotel, os campos de jogos? A Sra. Presidente não está a defender a qualidade de vida da freguesia de Quinta do Anjo nem os interesses dos quintajenses. Assim, ao contrário do lema da CDU para as últimas autárquicas, na Quinta do Anjo não conseguimos o futuro. De seguida refere que a escola básica, sita na rua de Olivença, em Quinta do Anjo, foi desactivada, estando actualmente a decorrer obras no local. Pergunta o que se está a executar, pois trata-se de uma obra clandestina, uma vez que não existe qualquer tipo de informação na mesma. Pede mais rigor, mais transparência, mais qualidade, mais competência. Os concelhos saudáveis, amigos do ambiente, com gestão participada e ao lado das populações não devem ser só retórica e construídos em publicações e revistas. Os concelhos constroem-se na prática da democracia e nos exemplos e valores transmitidos nas actuações no terreno, nas ruas, nas obras, nos transportes, no dia a dia das populações. Termina dizendo que é com pequenos passos que se galgam distâncias e só promovendo o rigor e a qualidade é que teremos um concelho melhor, pelo que solicita rigor em relação à obra da escola.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, apresenta cumprimentos. Diz que a sua intervenção tem a ver com a inauguração da escola de Aires que é um equipamento necessário em Palmela, nomeadamente na freguesia de Palmela. É um equipamento de excelência mas gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos, uma vez que houve grandes falhas no

mesmo. O equipamento tem estores exteriores e não se pensou no vento, na destruição e no aumento de custos. Tem equipamento central que aquece no Inverno, mas não houve preocupação para ar condicionado para o período de verão. As casas de banho das crianças em vez de mármore têm placas de madeira pintadas fingindo mármore. Provavelmente houve distracção da fiscalização porque há materiais não regulamentares no edifício. Tem ainda muitos materiais inflamáveis no chão, paredes e tecto, apesar de ter muitas portas e janelas. A cozinha também não está regulamentada, a chaminé não está à altura regulamentar, não há redes mosquiteiras (que são obrigatórios) e os equipamentos não têm indicação, nem de funcionamento, nem de actuação em caso de emergência. Em relação aos espaços exteriores há algo que muito o preocupou, que é a existência de blocos em betão onde as crianças podem subir e onde poderão surgir traumatismos graves. Acha que esse espaço poderia estar vedado de modo a evitar o acesso às crianças mais pequenas. Existem ainda diferenças de cotas entre o piso mais rígido e o piso de solo, que propõe seja deixado à cota do terreno. Uma vez que são situações que podem ser revistas chama a atenção da Câmara Municipal no sentido de as poder vir a alterar.

Sra. Carla Oliveira do PS, apresenta cumprimentos. Diz que tem duas questões a colocar à Câmara Municipal: em Brejos do Assa, na sexta feira anterior às eleições autárquicas, foram colocados cerca de vinte metros de asfalto numa estrada que tem um pouco mais de extensão. Gostava de saber o porquê do asfalto não ter sido levado até o final da estrada e perceber qual é a diferença entre os munícipes que têm asfalto à porta de casa e os restantes, que também pagam impostos e contribuem da mesma forma. A outra questão também se passa em Brejos do Assa e tem a ver com uma obra mais recente, que julga ainda estar a decorrer, que é a colocação de calçada na beira da rua José Mestre. Uma parte da calçada, que foi colocada já foi retirada pelo empreiteiro uma vez que não estava em condições, e a que ficou, foi colocada sem muro de apoio, o que vai provocar o abatimento da mesma. Termina dizendo que é portadora de fotos das duas situações pedindo ao Sr. Presidente da Mesa a possibilidade das mesmas serem do conhecimento dos restantes membros da Assembleia.

Sr. Fernando Baião da CDU, apresenta cumprimentos e passa a ler uma Moção sobre Saúde que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). De imediato pergunta se alguém quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, chama a atenção para o facto da Moção não ter sido distribuída previamente o que impossibilita a sua análise.

Sr. Presidente da Mesa, diz que o Sr. Dr. Miranda Lemos tem razão mas foi de todo impossível fotocopiá-la uma vez que o portador da Moção chegou atrasado à reunião.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta cumprimentos. Diz que neste caso concreto o atraso verificado na chegada do Sr. Luis Calha, como na sua também, teve que ver com o prolongamento dos trabalhos da Assembleia Metropolitana até às 20,30 horas, pelo que era manifestamente impossível chegar em tempo útil a esta sessão. Relativamente à Moção subscreve inteiramente as palavras do Sr. Dr. Miranda Lemos, porque pensa que qualquer Moção deveria ter um suporte. Os serviços da Assembleia deveriam ter sempre a possibilidade de facultar as fotocópias no início da Ordem de Trabalhos. Todos os grupos deverão ter isso em consideração pelo que, em vez de se tirar uma única cópia, se deveriam tirar em número suficiente para todos os membros. Pensa que esta questão poderia vir a constar no Regimento como também se poderia ver a possibilidade das Moções serem entregues à Mesa no início da sessão e serem discutidas todas em conjunto. Também lhe é difícil discutir e votar uma Moção que apenas ouviu, pelo que solicita que a Moção seja retirada e discutida numa próxima sessão uma vez que é um assunto que continuará na ordem do dia.

Sr. Presidente da Mesa, diz que a situação de hoje é uma excepção, porque em mandatos anteriores era uma prática levada a cabo em mandatos anteriores. Concorda com o que foi dito porque é fundamental conhecer-se o teor da Moção. Deste modo pergunta ao proponente se é possível adiar-se a discussão desta Moção para uma proxima oportunidade.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, diz que possui em seu poder mais uma cópia que poderá facultar para uma leitura mais detalhada.

Sr. Presidente da Mesa, diz que irá fazer um único pequeno intervalo para que os grupos se inteirem do teor da Moção.

Pelas 22,55 horas efectuou-se um pequeno intervalo para análise da Moção. Pelas 23 horas reiniciaram-se os trabalhos.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, relativamente à Moção e àquilo que mais interessa que é a sua deliberação, o Partido Social Democrata apoia, como sempre apoiou e como sempre defendeu na sua postura ao longo dos anos na Assembleia Municipal, os direitos dos munícipes do nosso Concelho. É para isso que aqui estamos. E se com Governos PSD nos manifestámos em diversas ocasiões sobre situações que não eram consentâneas com a posição do Governo em defesa dos munícipes, obviamente que, no tocante a esta questão fundamental com consagração constitucional que é a Saúde, a que se refere o ponto 1, que é de exigir do Governo a construção de novas extensões em Pinhal Novo e Quinta do Anjo, votarão a favor. Em relação ao ponto 3 é apelar à defesa do Serviço Nacional de Saúde como garante do direito à Saúde. Têm alguma discordância relativamente ao ponto 2, porque não se sabe qual vai ser o aumento das taxas moderadoras. Ser fôr um aumento consentâneo e justo não vêm que isso possa trazer problemas. Em relação ao encerramento dos serviços de urgência nos centros de saúde que não atendam em média mais de dez utentes por noite, sabe que estão a falar do encerramento do Centro de Saúde

de Palmela. Esta é uma questão de rentabilização, ou seja, é necessário aferirmos se vamos ter um médico num turno de oito horas para atender duas ou três pessoas ou se o vamos libertar para prestar um serviço numa hora de maior afluência ou num local em que seja mais necessário. Se os recursos são escassos, nós também teremos de os rentabilizar, daí que o PSD não esteja de acordo com o ponto 2. No que respeita aos considerandos quando se fala na privatização do serviço nacional de saúde como sacrifício do direito à saúde, diz que não são contrários à privatização. São contrários a que essa privatização ponha em causa o serviço nacional de saúde, e o acesso dos cidadãos à saúde. Se puser isso em causa, obviamente serão contra, se a privatização significar uma melhor rentabilização, uma melhor gestão aí não têm nada a opor. Em relação ao geral da Moção concordam com os pontos 1 e 3 mas não com o ponto 2.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que a sua intervenção tem a ver não tanto sobre o conteúdo mas mais sobre a forma de apresentação de Moções. Reconhece que as Moções são instrumentos de acção política e são muito interessantes por isso e não tem que ser levantado qualquer problema. Esta Moção que tem considerandos sobre um assunto e se tiram conclusões, não é eficaz. Os considerandos que esta Moção tem até se podem relevar de alguma sensatez e até podem ser interessantes, mas o que propõe está fora do nosso tempo. Aquilo que propõe acerca de uma coisa tão importante que é a saúde e o Serviço Nacional de Saúde não é fazer nenhuma análise sobre o assunto nem propor coisas concretas: é exigir, manifestar, apelar. Pensa que as Moções têm que ir muito mais longe do que isto, têm que eventualmente exigir e colocar questões a quem tem responsabilidades, nomeadamente ao Governo, mas há coisas que são do nosso foro e têm a ver com o Concelho, com as Freguesias, com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal e que estão ao nosso alcance. Uma Moção tem que, ao mesmo tempo exigir e colocar questões, também deve trazer à colação o que é que podemos fazer enquanto munícipes e enquanto cidadãos deste Concelho: Para poder contrapor às exigências, às manifestações e ao apelar. Senão, ficamos um pouco vazios. Votar esta Moção é perfeitamente desnecessário, não passa só de uma posição política, seja ela qualquer que seja. Ganham uns, perdem outros, mas daqui não sai, em sua opinião, resolução de coisa nenhuma. Sai o marcar de uma posição mas não tráz para o nosso Concelho, e para bem dos munícipes, qualquer mais valia. Aqui na Assembleia temos que estudar, e trazer propostas concretas de como resolver o problema da Saúde, que não passa só por exigir. Em sua opinião o processo de uma Moção é um processo ultrapassado que, do ponto de vista político, marca uma posição, mas do ponto de vista da eficácia, é pouco relevante. Termina dizendo que votar ou não votar uma Moção deste tipo que não tem consequência é bastante curto?

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que o que o Sr. Engº. Carlos Martins acabou de dizer é liminarmente verdadeiro mas o Partido Socialista compreende perfeitamente a bondade que está subjacente na Moção e o que representa em termos de anseio que há muitos anos se arrasta, quando se fala em extensões de saúde, que são manifestamente insuficientes. Verificou essa situação em visita efectuada ao Centro de Saúde de Quinta do Anjo que é atentatório da dignidade quer dos utentes, quer dos médicos e enfermeiros. Há neste momento uma revisão e o Ministro da Saúde está extremamente preocupado sobre a rentabilização, eficácia e eficiência dos meios humanos ao seu alcance. Os meios materiais são mais difíceis uma vez que os meios

técnicos são extremamente onerosos. Os meios humanos, mercê de políticas em que o Partido Socialista e todos os partidos que estiveram no Governo tiveram alguma responsabilidade, e concretamente em relação ao numerus clausus que não souberam precaver o futuro, estão envelhecidos, à beira da reforma. Refere o seu caso pessoal dizendo que está em regime de exclusividade num hospital de excelência, que está em 3º. lugar a nível nacional, em que todos os profissionais de saúde vestiram a camisola instituição e que apostaram em fazer o melhor que podiam com os poucos meios ao dispor. Colhem benefícios do bem-estar que tentam proporcionar aos doentes. Diz ainda que cada vez mais há que apostar nos cuidados primários de saúde, porque são a pedra de toque deste sector, com os cuidados continuados, e só depois é que virá o hospital, que é o que está no fim da cadeia. A tendência em qualquer país evoluído é cada vez haver menos camas nos hospitais, e cada vez mais pequenas unidades de saúde onde as pessoas são atendidas de forma mais eficiente, mais eficaz e muito mais humana. Referindo-se à Moção, concretamente ao nº. 2 do ponto nº. 2, diz que é extremamente gravoso e extremamente difícil. Recorda o momento em que representou a Assembleia Municipal na Comissão Concelhia de Saúde, onde verificou a dificuldade enorme em fazer horários e arranjar profissionais para fazer essa cobertura. Neste momento a população aumentou, existe mais emigração no distrito, e começa a haver uma assimetria na relação médico/doente que não pode ser tratada desta forma. Salvaguardando o que o colega de bancada que o antecedeu falou, diz que, o Partido Socialista votaria tranquilamente esta Moção se fosse retirado o parágrafo relativo ao encerramento dos serviços de urgência porque é uma situação que não é viável. Termina dizendo que se a bancada da CDU entender retirar estas alíneas não têm qualquer tipo de problema em votar a Moção.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, diz que as Moções são aquilo que são e que a CDU registou com muito agrado o que foi dito e quando tiver alguma dificuldade para fazer uma Moção, irá pedir ajuda a alguns deputados os Partido Socialista. Em relação à Moção, sem dados concretos mas dizendo que é público, diz que o que está previsto a nível governamental é que as taxas moderadoras sejam no mínimo, do velho dinheiro, de mil escudos. Têm algumas preocupações mas dizem que, mesmo que se fosse menos, acham importante tomar posição ou começar a aprender o que diz a Constituição da República Portuguesa quando refere que a saúde deve ser tendencialmente gratuita, e não é isso que se passa. Aproveita para pedir desculpa pelo facto de não ter sido possível distribuir a Moção a todos os presentes, pelo que de futuro irão estar mais atentos a essa situação. Em relação à retirada do parágrafo do teor da Moção, congratula-se pelo Partido Socialista ter em conta estas matérias e votar favoravelmente, pelo que irão retirar o parágrafo. Termina dizendo que de futuro estarão cá para ver as posições do Partido Socialista

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE).
De imediato pergunta se mais alguém quer intervir neste período.

Sr. Carlos Guinote do BE, inicia a sua intervenção pedindo desculpa a eleitos que o antecederam pelo facto de poder repetir alguma coisa que já tenha sido discutida. Acha que seria importante tentar saber algumas coisas que não sabe. Em relação ao supermercado Modelo, diz que a entrada para o mesmo é aberrante porque a população residente na zona sofre com a

passagem dos carros, o que não aconteceria se a entrada fosse directa. Gostaria de saber o porquê desta situação e se a Câmara não poderia ter impedido que isto acontecesse. Pergunta também o que se está a fazer em frente ao Parque das Carrascas com o alargamento da via no lado direito de quem vai para Pinhal Novo, e que levou ao corte de sobreiros durante a noite. Refere ainda um outro assunto, que já foi alvo de um artigo de jornal, que tem a ver com os passeios da urbanização a norte da Escola Secundária e do Mercado (provisório) em Pinhal Novo que é um problema que fica para a posteridade. Toda a gente que passa por aquela zona pergunta o porquê das ruas não terem passeios, com todos os problemas que daí advêm para os transeuntes, sejam eles deficientes ou não, que são obrigados a circular na via. Pede ainda ajuda para um problema social que muito o preocupa e não sabe onde e a quem pode recorrer. Um casal de vizinhos seus adoeceram há cerca de um mês com cancro. São pessoas que não têm reforma e que estão completamente desprotegidas e entregues à boa vontade de quem lhe leva alguns alimentos. Pergunta se o podem encaminhar para alguém nos serviços da Câmara que possa tratar deste problema uma vez que é muito urgente e ainda por cima se está na quadra do Natal.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que apesar do adiantado da hora não resiste, por obrigação e responsabilidade, de dar eco a quatro preocupações permanentes dos Pinhalnovenses. São questões que arrastam no tempo, e requerem, em seu entender, respostas imediatas e decididas e a invariância na resolução de alguns destes problemas acaba por desmotivar aquele cidadão mais interessado e participativo e que gosta de zelar pelo lugar em que vive e costuma dizer-se que quer foi durante muito tempo privado de muita coisa dá muito valor aquilo que obteve recentemente, e doutra forma começa a desacreditar nas instituições. Uma das questões é um espaço que se orgulham em Pinhal Novo e que contribuiu para uma nova imagem da vila. Trata-se da Praça da Independência. Há cerca de ano e meio tem permanecido, com muita frequência, completamente às escuras. Da parte dos serviços municipais têm sido dadas algumas explicações, mas daquilo que já se conhece do problema parece que não é possível continuar a permitir que aquele espaço se mantenha por muito mais tempo privado de iluminação. Mesmo sem remodelar toda a instalação que ali está instalada, acreditando que por administração directa possa ser feita uma intervenção, é necessário recuperar a luz que aquele espaço necessita porque de outra forma, e até porque o vandalismo voltou a aumentar significativamente nos últimos meses em Pinhal Novo. Estamos a entrar num estádio de negligência colectiva que irá destruir um espaço que é emblemático. Não faz sentido as famílias terem receio de passear no local à noite. Pretende pois saber que medidas estão a ser pensadas para por cobro a esta situação. Uma outra questão tem que ver com o concurso para a concessão de licenças de exploração de serviço de táxi em Pinhal Novo. Houve tempos em que essa responsabilidade não estava cometida aos municípios e há relativamente poucos anos é que ficou a estar. Em boa hora a Assembleia aprovou o regulamento, foram dados pareceres no sentido de Pinhal Novo necessitar mais oferta e é urgente que o concurso venha para a rua. Deste modo ajudaria a solucionar conflitos entre os actuais empresários que operam no local e permite que um conjunto de outros profissionais que querem investir na área virem a dar uma resposta acrescida às necessidades de transporte desta natureza na área da freguesia. Existe uma outra questão que começa a ser difícil explicar aos munícipes que é a existência de um polidesportivo e de espaços

exteriores na urbanização Quinta de Matos. Esse polidesportivo está fechado, começa a degradar-se e segundo têm conhecimento, o promotor terá feito o investimento sem a devida autorização municipal. De qualquer modo quem está a perder com isto tudo são os residentes, cerca de três centenas de pessoas que se vêm privadas de utilizar um espaço que oferece algumas condições, quando existe algum défice de espaços desportivos na freguesia. Esta questão merece alguma pressão para ser resolvida, porque é muito difícil explicar aos residentes porque é que não se pode utilizar aquele espaço e porque é que se deixa degradar dado que não tem qualquer tipo de manutenção ou conservação. Por último, uma questão não menos importante e que corresponde a compromissos que têm assumido e que têm a ver com pedaços da história de Pinhal Novo, que jazem à entrada do viaduto sobre o caminho de ferro na EN 252, ou seja a Cantaria do Arco da Ponte. O dinheiro não abunda, e voltar a pôr de pé aquele arco não será tarefa fácil. Pensa que, para estas coisas, é mais importante a vontade, a parceria, a subsidiariedade, se for caso disso, porque a Junta está disponível para trabalhar nessa matéria. O importante é juntarmos esforços para recolher o material num sítio seguro para que as peças não desapareçam e seja estudada a hipótese de vir a reconstruir aquele puzzle, que não será tarefa fácil. A grande preocupação, neste momento, é não deixar que as peças desapareçam do local onde estão. Termina deixando um repto que tem a intenção de mobilizar todos os autarcas do Concelho, em particular a Câmara Municipal e os serviços com competência nesta matéria. Considera que a Câmara Municipal tem feito um trabalho notável na área da museologia e sobretudo numa perspectiva de ligação do património e do turismo. O exemplo mais recente é de facto o núcleo museológico da vinha e do vinho. Diz que fica um pouco atónito quando lê algumas afirmações de outros membros do executivo municipal acerca destas questões da promoção do vinho e daquilo que foi feito ou não, porque as pessoas têm as realidades um pouco desfocadas daquilo que tem sido feito. Há intervenções desta natureza que têm que ser feitas noutros pontos do Concelho e em particular na freguesia de Pinhal Novo. Refere-se à Herdade de Rio Frio, local onde existiu a maior vinha do mundo, que pode ser ainda um autêntico museu vivo da agricultura e de uma herdade rural no início do século XX. Tal como aconteceu com outros projectos municipais era importante começar-se a estudar para um projecto, a médio/longo prazo de parceria público/privada, que vise aproveitar parte daquele núcleo museológico porque vê com muita apreensão alfaias única no país, e talvez na Europa, a serem vendidas para ferro velho. Termina dizendo que seria importante um esforço conjunto no sentido de segurar mais um pedaço da nossa história colectiva e da história da ruralidade no nosso Concelho.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que as questões que vem trazer já algumas foram aduzidas por elementos que o antecederam e outras foram tema de debate na Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo. Refere-se à urbanização de Monte Novo, à iluminação da Praça da Independência e no fundo àquilo que é a crítica que o PSD faz muitas vezes à Câmara Municipal de Palmela concretamente em relação à questão do Mercado Municipal. As obras têm que ser feitas sempre duas vezes, faz-se uma vez e passados uns anos está tudo a ser mexido e a ter que ser refeito. Diz ainda que tem duas preocupações de segurança relativas a Pinhal Novo que gostaria de ver resolvidas. Uma é o acesso ao Modelo, já referida pelo Sr. Carlos Guinote, porque é de facto muito perigoso não só pela afluência de ligeiros mas também dos pesados, nomeadamente camiões TIR. A outra é na saída da rua 25 de Abril, mais concretamente na

travessa da Casa Queimada, para quem quer virar na direcção de Setúbal/Palmela depara-se com um grave problema de visibilidade. A Câmara colocou lá os sinais mas alguns condutores, uns por distracção outros por manifesta inconsciência, persistem em deixar viaturas mal estacionadas retirando a visibilidade o que provoca sustos e acidentes. A solução passará por uma efectiva fiscalização das autoridades competentes ou então, se possível, pela colocação de algum tipo de equipamento (pilares) que possam obstar a que continue a haver estacionamento abusivo no local. Preocupa-o também a rotunda na Praça da Independência com os objectos metálicos, que já referiu no passado e que continuará a referir, que são um perigo para a segurança das populações. Termina desejando votos de Boas Festas.

Sr. António Cardoso do PS, diz que não pretendia intervir mas depois de ouvir a intervenção do Dr. Álvaro Amaro resolveu fazê-lo. Em relação ao mercado municipal de Pinhal Novo refere afirmações da Sra. Presidente da Câmara, feitas em Março de 2005, em que é dito que o projecto ainda não está fechado, porque se está estudar todos os serviços que se irão colocar, e que acredita que o projecto será apresentado à população dentro de dois meses. Três meses antes da eleições os comerciantes continuam nas mesmas condições que são conhecidas de todos já há quatro anos. Em Agosto diz a Sra. Presidente: …"o novo mercado municipal de Pinhal Novo irá ainda receber uma série de apoios CTT, Gabinetes de Informação e Apoio ao Consumidor e que se irá processar durante os primeiros dois meses do ano de dois mil e seis…" Deste modo, pergunta à Sra. Presidente se não é tempo de se resolver uma situação que é delicada, economicamente, para os comerciantes que vivem essencialmente daquele espaço.

Sr. Presidente da Mesa, dá por terminado o período de antes da Ordem do Dia e dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que vai tentar responder a algumas questões uma vez que, de momento, não tem informação para todas mas poderá facultá-la posteriormente. Em relação à obra da escola de Quinta do Anjo tinha nota que a placa estava colocada, mas uma vez que isso não acontece irá dar indicações para ser colocada rapidamente. Aproveita para informar que se trata de uma obra de adaptação daquele espaço, que era uma escola desactivada, para aquilo que foi designado como Gabinete de Quinta do Anjo. Este espaço é um Gabinete de Atendimento aos Munícipes que de imediato irá prestar serviços da Câmara Municipal, a exemplo do de Pinhal Novo, excluindo a Divisão de Gestão Urbanística. Encontra-se em estudo a possibilidade dos CTT instalarem um balcão e o Instituto de Gestão da Loja do Cidadão para instalar um posto de atendimento ao cidadão. Estes dois últimos aspectos, o eventual funcionamento dos CTT ou o posto de atendimento ao cidadão, não estão concluídos encontrando-se em fase de negociação com os responsáveis dos organismos. A obra deve durar mais quinze dias, tendo sido um concurso limitado, e ronda o valor dos cem mil euros. Em relação ao Palmela Village não é correcto dizer-se que o acesso da via só seria privatizado quando houvesse alternativa. Como se teve oportunidade de ver na altura, o acesso não era público independentemente de ter essa utilização. Para todos os efeitos fazia parte de um terreno privado que foi ocupado de acordo com a proposta que todos conhecemos. Relativamente ao atravessamento da propriedade, neste momento existem cancelas de acordo com as normas do

turismo mas não têm possibilidade de impedirem a passagem de ninguém. Houve um segurança que interpelou pessoas. A Câmara Municipal ao saber disso interpelou, de seguida, o empreendedor sendo que, formalmente, a segurança não pode impedir a passagem de ninguém. Não é um espaço que possa ser vedado a ninguém e na prática é isso que está a acontecer. O que foi dito várias vezes é que tinha que se garantir que o acesso a Quinta do Anjo fosse sempre possível. O que é facto é que, ainda que não sendo nas condições ideais, que só poderão ser garantidas pela variante à EN 379, ninguém poderá dizer que não tem ligação seja pela alternativa que vem passar na rua que vem dar aos Portais da Arrábida, seja pela rua que passa junto à Setcom e vai entroncar no CM 1029. Em relação à via alternativa, tem consciência que é uma obra que demora tempo a executar porque é um grande investimento. No que respeita à questões colocadas sobre a escola de Aires, agradece a palavra final do Sr. Fernando Nascimento sobre o grande investimento que ali foi feito. Estando a obra em fase de pequenas rectificações, foi feito o possível por inaugurá-la neste momento porque se perdia a oportunidade, uma vez que a escola irá funcionar já em Janeiro, e não faria sentido inaugurar a escola depois do seu funcionamento. Não sabe responder com rigor ao levantamento exaustivo de questões que o membro Fernando Nascimento acha não estarem correctas, mas pode informar que em relação ao ar condicionado não é permitido pelo Ministério da Educação. Aconselha a possibilidade de se aquecerem as salas mas desaconselha-se qualquer situação de utilização de ar condicionado. Sugere-se que no Verão a escola seja utilizada com a temperatura que é possível. Agradece os alertas, que tomou nota, admitindo que possa ter razão nalguns aspectos mas haverá outros em que não tem, como é o caso deste. Diz que não sabe responder à questão colocada pelo membro Carla Oliveira, pelo que irá ver, em conjunto com o Sr. Vereador Charneira, de que obra se trata em concreto. Em relação ao acesso ao Modelo, pensa que alguns dos membros da Assembleia se recordarão que, na altura em que o projecto foi aprovado, ficou sempre condicionado por um acesso que o Instituto das Estradas de Portugal não permitia através da estrada nacional. O acesso directo nunca foi autorizado e foram sempre impostas alternativas, nomeadamente através de uma solução que será possível vir a executar no futuro. Será uma grande rotunda, ligeiramente descentrada em relação à que existe hoje na entrada de Pinhal Novo, com acessos novos e poderia vir a ser feita uma ligação directa. As soluções que existem de momento foram as impostas pelo Instituto de Estradas. Em relação à intervenção junto ao Parque das Carrascas é um acesso a uma propriedade industrial, autorizado pelo Instituto de Estradas. No que respeita a algumas questões colocadas pelo membro Álvaro Amaro, concretamente a Praça da Independência, diz que estão a procurar substituir o sistema de iluminação porque existe um problema de fundo que é uma solução que não funciona porque é constantemente vandalizada. Tem que ser introduzida uma nova solução que, pelo menos, evite o vandalismo frequente e garanta que o sistema não esteja sistematicamente a ser fundido, que na prática é o que acontece. Quanto ao concurso para a concessão de alvarás para táxis, está em fase de preparação com a elaboração do caderno de encargos. Teoricamente existe a expectativa de poder avançar até final do mês de Janeiro. No que respeita à urbanização da Quinta de Matos, a razão do polidesportivo se encontrar fechado prende-se com o facto de ter sido uma iniciativa do próprio promotor do loteamento que não acautelou junto da Câmara Municipal a alteração ao loteamento. Até à data o promotor ainda não concluiu o processo conducente ao licenciamento, e a Câmara Municipal entende não poder assumir como público um equipamento que não foi devidamente verificado do ponto de vista das

normas. Em relação às peças de cantaria, já foi acordado com os serviços do Sr. Vereador Charneira para se proceder ao levantamento das mesmas em conformidade com a solicitação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Em relação à intervenção do membro Sr. Manuel Cardoso não percebeu alguns dos seus comentários, mas em relação à questão do Mercado de Pinhal Novo pode dizer que é um projecto que está praticamente concluído e quando for possível será mostrado à população. Na altura foi colocada aos comerciantes a hipótese, e reiterada mais tarde quando se percebeu que o processo iria ser mais lento, de fechar o mercado. Por todos foi unanimemente reconhecido que preferiam, ainda assim, estar a laborar em condições por todos reconhecidas de muito más mas que dificilmente se podem melhorar. Por fim, e em relação à ausência de passeios na urbanização de Monte Novo, diz que a data altura a questão foi levantada a nível técnico porque não parecia muito confortável. O que lhe foi dito é que aquela obra tinha sido executada sensivelmente em conformidade com o projecto, e que se estaria perante uma situação tecnicamente admissível. Havia ainda outro argumento que dizia que no passeio em frente havia continuidade, ou seja a mesma rua teria de um lado uma circulação interrompida pelos acessos à garagem mas dou outro lado seria possível fazer uma circulação contínua. Isso seria o fundamento legal para poder aceitar tecnicamente a obra. Partilha da mesma preocupação, e mesmo que seja tecnicamente defensável é concerteza um muito mau projecto. Se não foi tecnicamente defensável, e se houve algum aspecto no processo menos regular, tudo será feito para tentar restabelecer a situação dentro do possível tendo em conta o que está consolidado no terreno neste momento.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara, passa a ler a Introdução ao Relatório da Actividade Municipal. Gostaria ainda de referir, apesar de não fazer parte da actividade municipal, que a Câmara Municipal de Palmela, na sua pessoa enquanto Presidente, assumiu a presidência do Conselho Directivo da Associação de Municípios da Região de Setúbal numa eleição que foi realizada a semana passada. Como Vice-Presidente tem um representante da Câmara do Seixal, como Secretário um representante da Câmara de Setúbal, como vogal o Presidente da Câmara de Grândola. Teremos pela frente um mandato de quatro anos com particulares responsabilidades do nosso Município. Refere ainda que há pouco teve lugar a tomada de posse dos membros da Assembleia Metropolitana de Lisboa e a investidura dos membros da Junta Metropolitana. Era suposto ter sido feita a eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes mas, por consenso, foi

decidido adiar a discussão deste ponto para o dia 19 de Janeiro. A Junta irá funcionar por delegação de competências da sua Presidente em gestão corrente até essa altura.

Sr. Presidente da Mesa, agradece à Sra. Presidente da Câmara a informações prestadas em último lugar e pergunta se alguém tem alguma questão a colocar. Não havendo questões passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Grandes Opções do Plano 2006/2009 e Orçamento 2006.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se a Sra. Presidente quer prestar algum esclarecimento.

Sra. Presidente da Câmara, diz que, tentando não ser muito longa, gostaria de fazer uma caracterização da proposta. Este documento é realizado num período de grande constrangimento que acontece por conta, por um lado, da crise económica e financeira que é comummente aceite e reconhecida por todos, e, por outro lado, num quadro em que se tem que assumir uma demissão do poder central em relação às suas obrigações perante as autarquias. Não só em relação ao aumento zero das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios, como o agravamento dos encargos com a Caixa Geral de Aposentações passando de dez para treze por cento, e também com as próprias limitações colocadas do ponto de vista dos encargos com salários. Acontece, também, numa fase em que continua a haver restrição de acesso ao crédito, ainda que a Câmara Municipal de Palmela seja um dos municípios que, a ser respeitada a Lei das Finanças Locais, teria uma generosa e folgada capacidade de endividamento. Estes dados podem ser comprovados no documento de gestão, onde se apresentam os empréstimos contraídos ao longo dos anos. Num total de doze vírgula um milhões de euros, temos em dívida apenas cinco vírgula nove milhões de euros. É pois, neste contexto, um período de fortes restrições orçamentais, em que tivemos que fazer opções e criar um documento previsional que tem que assegurar, por um lado a saúde financeira do Município e por outro lado o desenvolvimento sustentável do Concelho. Não só considerado enquanto território físico, mas continuando a garantir aos nossos cidadãos um desenvolvimento cultural, social e da sua participação cívica. Em relação às Grandes Opções do Plano, tendo em conta o quadro em que se vive, teve que ser feita uma opção de fundo. Para canalizar a maior parte dos recursos financeiros da Câmara para as grandes opções do Plano tem que ser feito um grande esforço para conter e reduzir despesas de funcionamento. As funções sociais num total de dezasseis vírgula quatro milhões de euros como a Educação, Saneamento Básico, Abastecimento de Água, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer significam sessenta e dois por cento das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006. A Educação com catorze vírgula quatro por cento das GPO, e com três vírgula oito milhões de euros fica com a maior fatia. Para além da qualificação do parque escolar, nomeadamente, a EB1 Jardim de Infância nº.1 e 2 de Pinhal Novo, Cajados, Brejos do Assa, Palmela, continuarão os

projectos educativos da nossa autarquia a ser fundamentais para esta qualificação no domínio da Educação. O Saneamento com treze vírgula seis por cento, o Abastecimento de Água com seis vírgula sete por cento, os Resíduos Sólidos com cinco vírgula sete por cento, os Espaços Verdes e Protecção Ambiental com dois virgula sete por cento, representam, em conjunto, mais de sete vírgula seis milhões de euros, isto é vinte e nove por cento das Grandes Opções do Plano. O reforço do abastecimento de água a Palmela, Pinhal Novo e aos núcleos rurais de Aldeia Nova da Aroeira, as infra-estruturas de saneamento da Quinta das Flores e do Bairro Mesquita são exemplo destes investimentos. De salientar que no âmbito da participação da Câmara no projecto intermunicipal Simarsul estão previstos, e não integrados neste documento, investimentos muito importantes no tratamento de águas residuais, destacando como exemplos a ETAR da Lagoinha, o emissário e estação elevatória da Lagoinha, a ETAR do Afonsoeiro, o emissário e estação elevatória de Pinhal Novo, a remodelação da ETAR de Poceirão e da ETAR de Águas de Moura, a ETAR e emissário de Brejos do Assa, o emissário de Venda do Alcaide, Lagoa da Palha e Vale da Vila e remodelação e ampliação da ETAR da Autoeuropa. A Rede Viária com um valor de três vírgula um milhões de euros, representa onze vírgula oito por cento das GOP e ocupa uma percentagem muito significativa com intervenções em todas as freguesias do Concelho. A Cultura com dois vírgula um milhões de euros, representa sete vírgula oito por cento das GOP, mantendo o acesso às manifestações culturais nas suas mais diversas expressões bem como o apoio ao movimento associativo. O Desporto com um vírgula sete milhões de euros, significa seis vírgula três por cento das GOP e visa principalmente os programas municipais de desenvolvimento desportivo, os espaços para a prática desportiva e também o apoio ao movimento associativo. Por fim uma referência especial, no âmbito do desenvolvimento económico, à construção de dois equipamentos considerados importantes: o Mercado Municipal de Pinhal Novo, e o centro de serviços que lhe estará associado, e a remodelação do Mercado do Lau. Quanto ao Orçamento diz que apresenta um valor global de Despesa e Receita no valor de quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros. O total da Despesa apresenta a seguinte afectação: vinte e quatro vírgula oito milhões de euros estão imputados às GOP, dezasseis vírgula nove milhões de euros destinados a Despesas com Pessoal, quatro vírgula oito milhões de euros destinam-se ao Funcionamento Geral da Autarquia e significam despesas com comunicações, de limpeza, de vigilância, de rendas, encargos com outras instituições, etc. Os Impostos Directos – o IMI, o IMT, a Derrama - significam vinte e dois vírgula três milhões de euros, num total de quarenta e sete vírgula nove por cento da nossa receita e reflectem uma maior expectativa no que diz respeito à eficácia por parte da administração fiscal na cobrança de impostos e na recuperação de impostos em divida. Os Impostos Indirectos, sendo o conjunto de taxas pagas por empresas ao Município das quais se destacam pela sua importância as taxas de loteamento que prevêem seis vírgula dois milhões de euros, globalmente prevêem uma receita de seis vírgula seis milhões de euros e que deverão representar catorze vírgula dois por cento do total da receita. As Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor de um vírgula sete milhões de euros deverão representar três vírgula sete por cento do total, que significa o pagamento de taxas por particulares. As Transferências do Orçamento de Estado, que não sofrem aumento em relação ao ano de 2005, deverão ser no valor de nove vírgula dois milhões de euros e representam dezanove vírgula oito por cento do conjunto da receita. A Venda de Bens e Serviços significará cinco vírgula quatro milhões de euros, ou seja doze vírgula oito por cento do total da Receita. Este Orçamento é um Orçamento elaborado no

contexto de dificuldades financeiras e vai obrigar a um grande rigor no cumprimento das opções que aqui são traçadas. Considera ser este o esforço, e o investimento, possível no quadro de um Orçamento que não é naturalmente o necessário para o conjunto das necessidades do Concelho. É o Orçamento possível que procuramos repartir pelas nossas Freguesias em função das muitas necessidades, mas que poderia ser complementado com um investimento que só poderia ser realizado pela administração central, nomeadamente, em áreas que continuam a ser da sua competência e que o PIDACC não veio mais uma vez resolver no nosso Concelho.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que este modelo de Assembleia Municipal tem que ser profundamente repensado, porque não é razoável que se entre num assunto essencialíssimo à vida da autarquia, que exige uma discussão na generalidade e na especialidade, à meia noite e dez minutos. Acha que em sede de Regimento da Assembleia Municipal se deverá encontrar saídas para este tipo de impasses. Há pessoas que trabalham amanhã muito cedo, outras que acabaram de o fazer hoje muito tarde, muitas ainda não jantarem, e de facto não é um estilo de vida saudável continuar com este tipo de Assembleia. Quer também aproveitar a oportunidade para saudar a Sra. Presidente da Câmara pela sua honrosa eleição para a Associação de Municípios de Setúbal. Uma vez mais honra Palmela, e na sua qualidade de adversário político não quer deixar de reconhecer que é altamente prestigiante para Palmela tê-la como Presidente da Associação de Municípios de Setúbal. Tanto mais, que sempre entendeu que a presença de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa, de certo modo, diluía a personalidade deste Concelho e não era propício ao desenvolvimento de uma estratégia própria deste Concelho. A manutenção da Associação de Municípios de Setúbal foi uma excelente ideia, embora com competências um pouco diferentes, e será aí que podemos e devemos afirmar os nossos valores e a nossa identidade. As suas observações, e críticas, ao Orçamento e Grandes Opções do Plano vão ser feitas com sentido de cidadania e da seguinte forma: não vai criticar por criticar, não vai reclamar direito, como nestas reuniões se houve constantemente, vai fazê-lo pensando o que é pode fazer pela sua terra, o que é pode fazer por Palmela. É neste sentido, e não no sentido de exigir direitos a Palmela, que vai fazer a sua intervenção. Em relação às Receitas não tem nada a dizer, a não ser que acha que existe uma pequena incorrecção técnica ao confundir-se Impostos Indirectos com Taxas de Urbanização, uma vez que são figuras diferentes de plano técnico ou jurídico. A forma como o Orçamento é apresentado não facilita a sua comparação com os dados de Orçamentos anteriores. A leitura deste documento permite, no entanto, perceber que se mantém no tocante à Despesa a matriz de despesa herdada de Orçamentos anteriores. Isto é, este Orçamento de alguma forma representa a continuidade de soluções anteriores, de rotinas instaladas em termos orçamentais, embora com melhorias pontuais que importa reconhecer. Por isso é um Orçamento de base incremental, em termos técnicos, e não uma expressão de uma estratégia clara e consistente para o nosso Concelho. No plano orçamental 2006 será definitivamente um ano de vacas muito magras como já se referiu. Espera que o esforço de contenção que todos nós, incluindo a autarquia de Palmela, estamos a fazer permita a um prazo relativamente curto o reequilíbrio das contas públicas e venha a produzir os seus frutos em termos de crescimento económico, no próximo ano ou a partir de 2007 o mais tardar. Não é possível continuarmos nesta fase de estagnação económica, de perda de competitividade e queda da quota de mercado de exportações. Não é possível também suportar taxas de desemprego que

estão a subir exponencialmente, a degradação da situação social que se tem assistido nos últimos anos e que pensa irá continuar a agravar-se em 2006. Este é um problema que vai atingir, a curtíssimo prazo, mais de meio milhão de portugueses e ao qual tem de ser dada uma resposta eficiente. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano emitem sinais contraditórios, o que não permite uma leitura estratégica de contornos nítidos. Pela leitura destes documentos não se percebe qual é a estratégia da Câmara Municipal para o desenvolvimento de Palmela. Entrando agora numa análise na especialidade desta proposta de Orçamento, começa por relevar o pequeno aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, sendo que elas são um elo essencial para a auscultação directa das populações e para a satisfação em termos práticos das necessidades das pessoas. Acha que as Freguesias deveriam ter sido mais dotadas, apesar das transferências em 2006 ascenderem a um vírgula trinta e três milhões de euros em comparação com um vírgula dezoito milhões de euros em 2004. Apesar de haver um ligeiro aumento é manifestamente insuficiente. Existe ainda um outro problema, que tem referido anualmente, que se prende com as Despesas com Pessoal que prosseguem o seu crescimento, sendo que há muitos anos vem chamando a atenção para o risco de algum empolamento dos recursos humanos. Recorda que no Orçamento inicial de 2004, que é uma boa base, o valor das Despesas com Pessoal era de quinze vírgula dois milhões de euros e neste momento é dezasseis vírgula nove milhões de euros. Convém que havendo algum pessoal excedentário, e existem fortes suspeitas para afirmar que provavelmente haverá pessoal excedentário, é necessário que ele seja afectado à prossecução das novas competências que têm sido atribuídas à autarquia ou que virão a ser transferidas a curto prazo. Parece-lhe improvável que a verba de dezasseis vírgula nove milhões de euros prevista para Pessoal seja suficiente para acomodar os aumentos da função pública e autárquica que virão a ter lugar, porque a última Alteração Orçamental operada em 2005 fez subir a verba das Despesas com Pessoal para dezassete milhões de euros. Regista, como algo de positivo, a redução para cerca de metade do valor relativo a horas extraordinárias sendo que o valor relativo aos subsídios de turno se manteve aproximadamente. Entrando na análise da Aquisição de Bens e Serviços Correntes parece-lhe manifestamente excessiva a verba de aquisição de combustíveis e lubrificantes, que teve um aumento em relação a 2005. Seiscentos e cinquenta e dois mil euros é muito, porque é cerca de metade das transferências para as Juntas de Freguesia. Tendo havida uma renovação da frota automóvel bastante grande com várias aquisições, em regime de locação financeira, é de admitir que o consumo dos veículos possa reduzir e não aumentar. No bloco das Aquisições de Serviços surgem alguns aumentos surpreendentes, para os quais gostaria de ter uma justificação, nomeadamente os valores de limpeza e higiene. Aparece com um valor de um vírgula vinte seis milhões de euros em confronto com oitocentos e setenta e nove mil euros em 2005. Também a conservação de bens de património municipal sobe imenso, aparece muito empolada, seiscentos mil euros contra apenas trezentos e noventa mil euros em 2005. Refere estes dados porque, sendo um Orçamento de grande contenção, é de facto vital termos prioridades e cortarmos onde é possível cortar. Entrando naquilo que constitui o núcleo essencial da actividade municipal – o Ordenamento do Território, o Saneamento Básico, a Captação e Distribuição de Água, as Infra-estruturas Rodoviárias e a Conservação do Ambiente – verifica-se uma acentuada redução na rubrica Escolas, embora em percentagem ainda seja a primeira rubrica, de quase metade de 2005 para 2006, bem assim como nas obras ligadas à rede viária. Louva o reforço de verba na Captação,

Tratamento e Distribuição de Água e Construção de Esgotos. O facto de haver uma quebra nas verbas para Escolas não sabe se está relacionado com as inaugurações de escolas que tiveram lugar em 2005, ou se corresponde porventura a uma nova tendência de fundo. Houve um grande esforço no último mandato na construção, ampliação requalificação do parque escolar, pelo que pergunta se esse ciclo no investimento no parque escolar se esgotou, e se, se vai entrar num novo ciclo dominado por novas prioridades. Será uma mera pausa em matéria de esforço na Educação ou será uma nova tendência porque as necessidades estão satisfeitas? Verifica por outro lado, que as Transferências quer as Correntes quer as de Capital, para as instituições sem fins lucrativos, apresentam uma forte baixa, o que implica a seu ver a necessidade de menor dispersão dos apoios da Câmara e de um esforço de racionalização na atribuição daquelas verbas. Esse esforço de racionalização também terá quer ser feito nas verbas da Cultura, do Desporto, do Apoio ao Movimento Associativo que foram afectados por cortes decorrentes da situação orçamental. Passando à análise das Grandes Opções do Plano, confirma-se a forte redução nos valores orçamentados para a Educação. No bloco de matérias que é vital para a Câmara – bloco saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos – verifica uma subida em relação a 2005, os valores passam de cinco vírgula sete milhões para seis vírgula oitenta e sete milhões, que é uma evolução muito positiva no plano das prioridades. Esta tríade é vital para a qualidade de vida no Concelho, e é uma das mais nobres tarefas da Câmara Municipal. Já os Transportes e Comunicações, passam de quatro vírgula quatro milhões de euros para três vírgula um milhões de euros, apesar das necessidades prementes num Concelho com a dimensão e dispersão de Palmela. Não lhe parece alarmante, uma vez que se vê prevê a profusão de esforço financeiro, nesta área, nos próximos exercícios e que as obras de pavimentação de vias rodoviárias, estando algumas para ser feitas à quinze e vinte anos, podem esperar algum tempo. Espera que em 2007, 2008 e 2009 muitos problemas importantes neste domínio se venham a resolver. Há ainda um aspecto que constrange sempre imenso, a Protecção do Ambiente e a Conservação da Natureza continua a ser um parente pobre no Orçamento municipal. Apesar de constituir um entendimento do Partido Social Democrata, uma área absolutamente prioritária no nosso Concelho, tem sido frequentemente mal tratado por acção e omissão, por negligência e passividade culposa não apenas da Câmara, ao longo de vários mandatos, mas também de vários outros agentes incluindo agentes económicos do Concelho que não se têm preocupado suficientemente com o futuro. Quando se fala em governar para as pessoas não é governar para as necessidades imediatas e egoístas das pessoas. É governar para o futuro do Concelho, é governar para o interesse público. Em 2004 a Conservação da Natureza e Ambiente, teve uma verba promissora que era um vírgula três milhões de euros, mas o montante desceu a pique o ano passado para seiscentos e noventa e oito mil euros e recuperou agora ligeiramente a setecentos e dezoito mil euros, o que é francamente pouco. Também com inquietação vê a perda de verbas para Mercados e Feiras e Turismo, sendo que este continua a ser um vector estratégico de desenvolvimento económico do Concelho permanentemente referido no discurso político, mas sempre adiado na concretização prática. É certo que o complexo do Mercado Municipal de Pinhal Novo felizmente vai arrancar, é certo que as obras no Mercado do Lau vão também ser feitas, mas a verdade é que há uma perda de verbas para esta actividade. As Obras em Instalações Municipais, nomeadamente a recuperação e beneficiação do edifício emblemático dos Paços do Concelho parece-lhe importante, como lhe parece importante a

ampliação dos armazéns gerais. Acha vital a construção do novo edifício que permita concentrar todos os meios afectos à administração urbanística, por razões funcionais, por razões práticas e para permitir reduzir drasticamente a rendas pagas por vários edifícios onde estão os serviços da Câmara Municipal. Há ainda outro instrumento fundamental que aparece referido e sob dotado, que é o sistema de informação geográfica, que é vital como instrumento para a Câmara fazer um levantamento sério das suas instalações e um cadastro predial rigoroso, que permitirá no futuro evitar e corrigir muitas situações de duvidosa legalidade em matéria urbanística. É pena que só em 2008 se preveja um esforço financeiro sério nesta área, num domínio em que o tempo conta e em que o tempo joga contra os interesses da Câmara. Também na qualidade e modernização, ferramenta indispensável ao aumento da produtividade das instituições municipais e à melhoria do atendimento dos munícipes, verifica um corte orçamental que não pode deixar de deplorar. As verbas para a Protecção Civil e Bombeiros estagnam, tal como a verba simbólica inscrita no plano intermunicipal de intervenção na floresta. Depois de um ano de 2005 que foi fatal, em que houve um recorde em termos de seca e em termos de número de fogos em Portugal, crê que se deveria ter ido bastante mais além neste domínio. Tendo em conta a importância da floresta em Palmela para manutenção do binómio ruralidade/modernidade, para o desenvolvimento equilibrado e saudável do Concelho, e em especial para a conservação de áreas naturais de excepcional valor que há dois anos atrás foram devastadas numa extensão de setecentos hectares. Também a Saúde merecia uma dotação orçamental mais generosa, na certeza de que no mundo de hoje as autarquias não podem confinar-se excessivamente àquilo que legalmente são as suas competências formais. Em parceria com o Estado, e com as instituições particulares de solidariedade social, nomeadamente mas não só, a autarquia deve promover iniciativas no domínio da Saúde que é um domínio vital para a qualidade de vida de todos nós. Verifica que há sub programas de muito interesse para a saúde dos munícipes, mas que estão contemplados com verbas tão baixas que na prática irão ter um efeito muito reduzido. Em relação ao Programa de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela, a verba continua a ser pequena para o volume e intensidade das necessidades de recuperação do Centro Histórico. Vê uma contínua degradação física deste conjunto patrimonial magnífico que é cada vez mais notória, por isso tem que haver uma atitude política de todos no sentido de acorrer ao Centro Histórico o mais depressa possível. A verba inscrita são cerca de duzentos e sessenta mil euros, e está literalmente pulverizada por diversos sub programas cada um dos quais com uma expressão ínfima. Passando ao Ordenamento do Território, o facto de estar em curso a revisão do PDM do Concelho, documento fundamental para modelar o nosso futuro colectivo como município atraente, equilibrado e com desenvolvimento sustentável que é aquilo que a Sra. Presidente acabou de referir, acha que implicaria uma dotação claramente maior nesta matéria que não corresponde aos duzentos e noventa e quatro mil euros consignados. Verifica que há um aumento substancial das verbas em 2008 e 2009 e gostava de ter da parte da Sra. Presidente, ou do executivo, uma justificação para este aumento de verbas. No que respeita à Infra-estruturação de Arruamentos, diz que há inúmeras situações que são necessárias resolver no Concelho, mas a verba limita-se a contemplar dois casos que são necessários e urgentes: o Bairro da Quinta das Flores e Bairro Mesquita em Pinhal Novo, e não há nada mais apesar de haver grandes necessidades em Quinta do Anjo e Cabanas. Saúda o esforço financeiro nas Redes Gerais de Esgotos, nos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais, na subscrição de capital da Simarsul

no pressuposto que esta empresa virá a dar um contributo importante para o ambiente saudável no nosso Concelho. Saúda também especificamente, apesar do atraso de cerca de oito anos, as obras para o Sistema de Abastecimento de Água a Vila Nova da Aroeira, dando utilização ao velho furo que lá se encontra parado e também a outras obras que vão melhorar e valorizar os sistemas de captação, adução e tratamento de águas para consumo. Em relação ao investimento em Espaços Verdes e Paisagismo continua sob dotado e beneficia este ano, principalmente, a freguesia de Pinhal Novo, o que compreende dada a delicada situação que os excessos de construção e a carência de espaços públicos conduziram naquele importante aglomerado urbano, sem esquecer as prementes necessidades que vê em Quinta do Anjo e Palmela nesta matéria. Em Palmela está prevista a recuperação do Cine-Teatro S.João, que irá finalmente avançar depois de já ter estado prevista no Orçamento de 2005 e 2004. Gostaria de ter do Executivo uma explicação relativamente a alguns pontos: informação sobre rotunda de ligação a Aires na EN 379; qual o tipo de iniciativas de promoção turística que estão previstas e contempladas com onze mil euros no Orçamento; explicação para o elevadíssimo montante já verificado em 2005 com Órgãos de Assessoria da Câmara Municipal. Compreende que é necessário um plano conjunto de estudos especializados, compreende que tem que se ter bons técnicos mas acha a verba excessiva. Gostaria também de saber quais os locais do Concelho onde estão previstas pesquisas arqueológicas. Em relação à Pavimentação de Ruas, Estradas e Caminhos Municipais temos o habitual catálogo avulso de obras, que no caso de alguns arruamentos da Quinta do Anjo e Cabanas só pecam por chegarem tarde. Pergunta se estas decisões orçamentais em matéria de pavimentação de ruas e de estradas, tem sido fruto de uma reflexão ponderada sobre a rede viária do Concelho ou antes determinadas por pressões locais e por interesses particularistas. Sem negar a utilidade da consulta às populações, lembra que estão envolvidos cerca de dois por cento dos munícipes do Concelho. Não é representativo da vontade e das necessidades da população o conjunto das reuniões denominadas Orçamento Participativo. Acha que uma análise séria da qualidade da despesa municipal e da sua reputividade económica e social, exige outros métodos para além desta metodologia de contacto directo com as populações. Quer louvar, e salientar, o impacto forte que tem sobre o desenvolvimento local da zona, o alargamento e a repavimentação do CM 1038 entre Águas de Moura e Fernando Pó. Reconhece que a apresentação do Orçamento de 2006 traduz um exercício muito difícil, num ano de extrema contenção orçamental e de previsível estagnação económica. Todavia, acha que o Orçamento não é suficientemente claro em matéria de prioridades e não é suficientemente realista nas previsões de Despesas e Receitas. As prioridades para o PSD representam a Reabilitação Urbana, o Ambiente, o Ordenamento do Território a Promoção do Turismo e do Comércio Local e não as vês expressas nos números desta proposta de Orçamento. A construção de mais e melhores espaços públicos, que se tornem espaços de convívio e lazer para as populações, e que se tornem marcas de identidade de território urbano, continua a ser uma preocupação completa, ou quase completamente, ausente deste Orçamento que o Executivo decidiu. As Grandes Opções do Plano, continuam a ser apresentadas como uma vasta listagem de medidas avulsas sem um fio condutor claro que explicite por onde teremos que caminhar, por onde teremos que ir, qual o futuro do desenvolvimento do Concelho, incluindo os objectivos, as actividades que consideram estratégicas. Enquanto não houver ideias claras nesta matéria, acha que esta discussão orçamental, que se repete todos os anos, continuará a ser uma discussão casuística, incompleta,

truncada, por vezes enviesada e por vezes pouco frutuosa. Quando diz que a execução do Orçamento, e o realismo do Orçamento, é duvidoso está a referir-se sobretudo à verba prevista para Pessoal. Nesta área o Orçamento peca por falta de realismo. Também acha que era necessário o Executivo prever nestes documentos acções concertadas com a administração central e com entidades empresariais. Palmela sozinha não pode fazer coisas fundamentais em tempo útil, e por conseguinte é necessário fazer protocolos com a administração central, chamar entidades empresariais que possam apoiar coisas como por exemplo um pólo tecnológico de excelência, de que se tem falado muitas vezes, e ajudar a recuperação do Centro Histórico de Palmela. Recuperar valas e linhas de água é muito importante, e ver-se sempre como tarefa do INAG estas recuperações leva a que adiemos para as calendas gregas uma grande intervenção como a vala da Salgueirinha, que é tremendamente penalizadora para Pinhal Novo e Palmela. Há falta de ambição neste Orçamento, embora haja a atenuante da redução de fundos disponíveis, e fica aquém daquilo que o PSD gostaria de ver como expressão financeira da política municipal para este ano. Termina dizendo que não pode deixar de lembrar algo que tem martelado muitas vezes. Acha necessário preparar os fundamentos, e estudos, para uma grande intervenção de reabilitação de Pinhal Novo, uma espécie de Polis para Pinhal Novo, que teria que ser feito ao longo de dois mandatos com fundos da União Europeia, do Estado Português, da Autarquia e fundos privados.

Sr. Carlos Guinote do BE, acha que se evitaria muita discussão no plenário em relação ao Orçamento se houvesse uma metodologia de trabalho diferente, de acordo com a política apontada pelo Bloco de Esquerda. Se, se apostasse mais no Orçamento Participativo e se conseguisse "aliciar" as pessoas para uma maior participação para se chegar ao Orçamento mais facilmente. Dá como exemplo a população de Venda do Alcaide, que fez opções que não foram seguidas pelo Executivo. Já em outras ocasiões, e noutros locais, tem falado da necessidade de juntar as Comissões de Moradores com os vários eleitos, Assembleia Municipal e Câmara, no sentido de discutir previamente a distribuição dos fundos. Se assim fosse, por exemplo na Venda do Alcaide, o Executivo teria ficado melhor situado porque há coisas que já vêm de longe, que já estiveram em Orçamento e depois deixaram de estar, como é o caso dos balneários do polidesportivo. Seria bom que as promessas fossem cumpridas, para a população não dizer que os políticos prometem mas não fazem. A política tem que ser credibilizada. Ainda em relação a Venda do Alcaide, gostaria de lembrar ao Executivo que seria bom que promessas antigas, algumas já orçamentadas, tivessem sido incluídas neste Orçamento. Apesar de não ter tido possibilidade de efectuar um estudo aprofundado acerca do Orçamento, há uma linha de orientação que pensa devia ser tomada em consideração, um aspecto social. Devia ser constituída uma carta social com prioridades para encaminhar, ou resolver problemas, no nosso Concelho. Devemos saber o que se passa, devemos estar organizados para saber a todo o momento quais os problemas da população. Ainda no aspecto social, parece-lhe haver uma grande deficiência no esforço quanto à habitação social. Pensa existir uma lei que pode levar a autarquia a exigir vinte por cento da construção em habitação de custos controlados. Não vê que isso esteja a ser aplicado. Independentemente da aplicação da lei, acha que a autarquia deve fazer um esforço na habitação social, não querendo dizer que gaste dinheiro, porque é possível construir directamente com controle de custos e servindo a população. É necessário que se faça

um esforço político para que isso possa acontecer. A habitação social deve ser solidária, deve ter transportes. Não é só construir e deixar as pessoas sem transportes, como é o caso de Quinta do Anjo. Em relação aos transportes, diz que é um sector em que devemos ter uma atenção especial porque está ligado à nossa saúde, às nossas despesas. É inacreditável que no século vinte e um se assista a esta passagem de automóveis pelas estradas sem que se pegue no problema para o resolver. O Bloco de Esquerda, na sua campanha, falou no esforço conjunto dos Municípios da Península de Setúbal, que deveria ser coordenado com a Grande Área Metropolitana, para resolver a questão. Há que pegar no assunto que é inadiável. Acha que deve ser criado um grupo de trabalho para estudar o problema, no sentido de ser criado uma rede de transportes colectivos a exemplo do Barreiro. Para terminar acha que se deve pensar nos imigrantes, criando a Casa da Imigração e projectos infra-culturais de apoio, no sentido de se proceder à integração dos que vêm trabalhar para o nosso Concelho e para cortar o caminho ao racismo e à xenofobia. Em sua opinião, e na do Bloco de Esquerda, um trabalho neste sentido é um trabalho importante.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, relativamente ao ponto em discussão diz que vai tentar ser o mais breve possível. No que respeita às Grandes Opções do Plano, na sua introdução, é várias vezes referido o termo sustentabilidade. Sustentabilidade financeira não vê, sustentabilidade ambiental é um desinvestimento no ambiente este Orçamento, sustentabilidade social não podemos falar em sustentabilidade social quando aplicamos um IMI de zero vírgula oito por cento. Relativamente ao desenvolvimento económico gostava de perguntar que desenvolvimento económico é este que apenas dá dois exemplos. Então o desenvolvimento económico é apenas aqui o Mercado Municipal de Pinhal Novo e o complexo de serviços e a remodelação do Mercado do Lau? Então não há investimento económico nos nossos produtos regionais, não há investimento económico no nosso queijo, no nosso pão, no nosso vinho, na nossa fruta? Mas que investimento económico há? Na página cinco quando se referem a transferências diz teve alguma dificuldade na interpretação deste ponto que diz o seguinte: com um valor de nove vírgula dois milhões de euros, que são dezanove vírgula oito por cento, destacam-se as transferências de Orçamento de Estado ao abrigo da Lei das Finanças Locais que não sofrem qualquer aumento relativamente ao ano de 2005 e representam dezoito vírgula quatro. Ou são dezanove vírgula oito ou dezanove vírgula quatro, não percebe porque a diferença é de seiscentos e cinquenta e um mil euros. Relativamente à pagina nove, dotações iniciais do ano 2006, aparece uma rubrica curiosíssima que foi despoletada pelo PSD. No ponto 3 aparecem outras receitas de capital, são o quê? É um erro de contas que o PSD detectou e que abriram uma rubrica para pôr receitas de capital que são cem euros. Em relação à quinta alteração ao Orçamento de 2005, que foi entregue no Gabinete da Vereação do PSD, datada de 07/12/2005 de dezassete milhões sessenta e um mil seiscentos e trinta e três setenta e cinco euros. Se a dotação inicial de 2006 é dezasseis milhões novecentos e trinta e seis oitocentos e sessenta e três o que é que aconteceu à diferença? Alguém vai para a rua uma vez que isto diz respeito à despesa com pessoal? Gostaria de ser informado do que se passa em relação a esta diferença. Ainda nas Grandes Opções do Plano refere as Despesas com Pessoal e Despesas Correntes uma dotação de quarenta e seis vírgula sete por cento, ou seja mil e quinhentos funcionários da Câmara gastam quarenta e seis vírgula quatro por cento do Orçamento e o restante é para as Grandes Opções do Plano. Podemos ainda não ter atingido o número de lugares disponíveis e

abertos e todos os quadros preenchidos, mas há uma lei em Economia que é a lei dos rendimentos decrescentes e não sabe se a Câmara o fez. Esta lei deveria ser aplicada aos gabinetes, às necessidades de pessoal, porque o acréscimo de mais uma pessoa ao existente poderá não acrescentar algo de valor à produtividade, mas vai aumentar a despesa da Câmara Municipal. Esta lei deveria ser aplicada a nível de pessoal para ver, quantificar a mais valia em termos de competitividade. Em relação à pagina treze, já aqui foi focado a despesa com combustíveis e lubrificantes na ordem dos seiscentos e quarenta e dois mil e quatrocentos euros. Isto é quase tanto como o Imposto Municipal sobre Veículos, ou seja quem paga este imposto está a ver quase todo esse valor a ir para combustíveis e lubrificantes. Há necessidade urgente de diminuir este item. Na página seguinte, as Juntas de Freguesia têm como Despesas Correntes um valor atribuído de um milhão cento e oitenta e um trezentos e oitenta e sete que são duas vezes menos que Outros Trabalhos Especializados, e menos que o Investimento Sem Fins Lucrativos. A este acrescem as Despesas de Capital no montante de cento e setenta e cinco cento e noventa euros. Se adicionarmos estes dois valores vamos ter algo que não bate certo, e que também gostava que lhe fosse explicado, porque existe uma diferença de cento e cinquenta e seis mil cento e cinquenta e nove euros. Quanto aos Órgãos de Assessoria é quase três vezes mais do que as Juntas de Freguesia levam. Gostava de saber que Órgãos de Assessoria são estes e qual a sua função. A Saúde compete em geral à Administração Central, mas há algo que a Câmara Municipal pode fazer pela Saúde que é a prevenção. Nós, PSD, fizemos pela primeira vez em Palmela uma acção de prevenção, em campanha eleitoral, andando pelas freguesias e fazendo centenas de diagnósticos de hipertensão, glicemia e detectamos cerca de dez pessoas em alto risco que foram encaminhadas para o hospital. É um investimento que não tem muitos custos, e que não se possa despender, pelo que acha que a Autarquia poderia ter uma unidade móvel de rastreio o que seria bom para a saúde de quem vive no Concelho de Palmela. Relativamente aos Planos de Pormenor, havia muita coisa a dizer, como ferramentas de Ordenamento do Território seria urgente terminá-los o mais rápido possível. Diz que não está cá só para criticar, mas também para apoiar e referir o que está bem no Orçamento. É o caso do Plano Director de Drenagem Pluvial das Bacias do Concelho apesar de não referir quais, quantas e a localização. Na Limpeza de Valas há um investimento de quarenta e cinco mil euros no ano de 2006, pelo que supõe não haver limpeza em 2007, 2008 e 2009. Relativamente à regularização da Vala de Cantadores, ainda bem que a Câmara Municipal entendeu que a regularização de linhas de água também compete à Câmara Municipal e fica feliz por isso, tem dúvidas porque a verba está distribuída por três anos. Há ainda outra questão, a Sra. Presidente tem vindo para os jornais dizer que a regularização da Vala da Salgueirinha não é competência da Câmara Municipal de Palmela. Pergunta o porquê? Uma vez que se faz a Vala de Cantadores porque é que a da Salgueirinha não tem uma resolução idêntica? É lógico que a Vala da Salgueirinha tem outros problemas, as ligações clandestinas, descargas que não se conhece. A questão central é a regularização e merece igual tratamento, pode ser mais dispendiosa mas o Pinhal Novo merece e as pessoas do Pinhal Novo merecem ter uma Vala da Salgueirinha regularizada e não um esgoto a céu aberto a passar-lhes à porta de casa. Quanto ao Tratamento de Águas de Abastecimento, a aquisição de produtos para tratamento de água potável tem uma dotação de doze mil e quinhentos euros em 2006, pelo que pergunta se haverá dotação para 2007, 2008 e 2009. Em relação à empreitada do Parque Verde de Palmela, julga que ainda não esteja concluído o Plano

de Pormenor do Parque Verde, pelo que pergunta que empreitada é esta. Relativamente à Conservação e Animação no Castelo diz que não percebe porque é que as dotações em 2006, 2007, 2008 e 2009 se cifram entre os setenta mil euros e os noventa e um mil e quinhentos euros. Na mesma rubrica a classificação de Outros tem quinhentos e setenta e cinco mil euros. Pergunta o que são estes Outros. Em relação às Comemorações do 25 de Abril concorda com a comemoração da data, mas acha exagerado o valor na ordem dos quarenta e dois mil e oitocentos euros, e tem como financiamento total o ano de 2006 mas não tem os anos seguintes. Gostava de saber o porquê. Termina referindo a falta de visibilidade da Câmara Municipal de Palmela, nomeadamente no que respeita ao Comércio e Turismo com uma diminuição de quarenta nove vírgula trinta e três por cento. Acha que se deveria investir no nosso turismo, no nosso comércio, nos nossos produtos, uma vez que há um pólo turístico a desenvolver-se em Tróia.

Sr. Presidente da Mesa, chama a atenção do Plenário para o facto das intervenções estarem a ser muito longas. Diz que não quer seguir à risca o Regimento, mas refere que o Sr. Deputado que acabou de falar prometeu ser breve e falou durante dezanove nove minutos, com mais vinte e sete do Sr. Deputado Bracinha Vieira o PSD já vai com 46 minutos. Deste modo solicita o bom senso de todos, para que não se esteja a ser recorrente e a dizer sempre o mesmo.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em primeiro lugar, e em nome da bancada do Partido Socialista, cumprimenta a Sra. Presidente pela sua nomeação para o cargo de Presidente da AMRS. Diz que a matéria foi muito bem explanada pelo Partido Social Democrata, teve uma vertente interessante pelo Sr. Deputado Guinote, pelo que pouco mais resta do que aduzir meia dúzia de considerandos sobre a matéria. È quase um atentado ao pudor estarmos à uma e dez da manhã a falar sobre o motivo nuclear que nos traz aqui. Mas isto é recorrente, porque já na reunião de Câmara havia com este mais vinte e nove pontos. Este Orçamento tem a imagem de marca da CDU, é o Orçamento da Sra. Presidente mas é o Orçamento da CDU. De facto, foi aqui dito, é um Orçamento que peca por falta de estratégia, que tem muitas medidas avulso e que no limite fica muito aquém das necessidades sentidas no nosso Concelho. Já foi objecto de análise dos Vereadores Socialistas, que numa óptica francamente generosa, o classificaram de injusto, desequilibrado e inconsequente. Diz que a Sra. Presidente fala de um desenvolvimento sustentado, mas não diz o que sustenta. Cria assimetrias, daí ser chamado de injusto. Nas Grandes Opções do Plano para Poceirão trezentos e sessenta mil euros, para Marateca novecentos e oitenta mil euros, para Palmela um milhão seiscentos e trinta e quatro mil e setenta e seis euros, para Quinta do Anjo dois milhões seiscentos e sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e dois euros e Pinhal Novo um milhão quinhentos e sessenta e oito mil trezentos e quarenta e seis euros. Estamos aqui, por mais que evidente, pela lógica e crueza dos números perante assimetrias. Poceirão e Marateca penalizadíssimos em relação às outras freguesias. De facto é um Orçamento injusto e fomentador de assimetrias. Com assimetrias não há, não pode haver desenvolvimento sustentado. Se quisermos continuar por aí vejamos a programação cultural, Pinhal Novo é dotado com dezanove mil e oitocentos euros, Palmela e Quinta do Anjo com doze mil e oitocentos euros e depois Marateca e Poceirão tem quatro mil e cinquenta euros. Isto não foi inventado pelo Partido Socialista, isto foi tirado das Grandes Opções do Plano e do

Orçamento. É de facto um Orçamento desequilibrado e inconsequente. Para Planos de Urbanização está prevista a verba de quarenta e sete mil e seis euros, para Planos de Pormenor sessenta e nove mil cento e setenta e seis euros, para Planos de Reconversão Urbana sessenta e nove mil setecentos e setenta e dois euros, o que perfaz cento e oitenta e cinco mil novecentos e quatro euros. Relativamente às publicações da Câmara, estão previstos cento e sessenta e um mil e quinhentos euros que é quase a mesma coisa que para os Planos, o que é incrível. Como é que se pode promover este Concelho com estas assimetrias, com estas incoerências e com esta afectação de verba. Se pegarmos no resumo do Orçamento, vimos que as Despesas Correntes são trinta e três mil setecentos e sessenta e seis trezentos e um euros e as Despesas de Capital somam doze milhões setecentos e trinta mil seiscentos e noventa e nove euros. Ou seja as Despesas de Capital, são quase um terço das Despesas Correntes o que é significativo em termos de investimento e de desenvolvimento para este Concelho. Para Formação de Pessoal, estão previstos quarenta e oito mil euros e para Pavilhões Institucionais quarenta e dois mil euros. Ou seja a requalificação e qualificação de pessoal, que é cada vez mais exigente e mais essencial, tem praticamente a mesma verba que os pavilhões. As Transferências Correntes para todas as Freguesias, somam setecentos e onze mil quatrocentos e vinte e dois euros e para a Palmela Desporto setecentos e cinquenta mil euros. Há qualquer coisa aqui que não está correcto em termos de gestão financeira. É o Orçamento da Sra. Presidente, que respeita, mas não seria concerteza o Orçamento do Partido Socialista em tempo de vacas magras, em tempo de contenção de despesas. As Publicações Camarárias estão orçamentadas em sessenta e um mil e quinhentos euros mas para a Conservação e Animação do Castelo estão orçamentados noventa e um mil e quinhentos euros, ou seja menos setenta mil euros. É incrível como é que se afectam assim as verbas. O que é que é mais importante, o nosso ex-libris ou as publicações que se vão perdendo e são perecíveis? Há que haver prioridades, há que haver coerência, e há que haver objectivos e uma política a médio e a longo prazo conducente ao desenvolvimento deste Concelho. Na Programação Cultural e Recreativa, estão orçamentados quinhentos e trinta e nove mil setecentos e noventa euros e para a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico cerca de metade duzentos e sessenta e três mil e cem euros. Todos nós gostamos de festas, de actividades culturais e recreativas, mas é interessante que a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico, que é algo que é extremamente importante em termos de investimento e de captação do turismo e de criação de verbas para o Concelho, seja metade da programação cultural e recreativa. A Conservação e Reanimação do Castelo está dotada com noventa e um mil e quinhentos euros, a Manutenção do Cine Teatro São João está orçamentada em quarenta e oito mil e quinhentos euros mas a Manutenção do Centro Cultural de Poceirão custa quarenta mil cento e setenta e cinco euros que é quase do tamanho do Cine São João o que é fantástico. Para terminar diz que a Sra. Presidente defende, e muito bem, que Palmela é um Concelho com mobilidade para todos mas no entanto gasta no Plano de Mobilidade, Eliminação e Diagnóstico das Barreiras Arquitectónicas a quantia de vinte e três mil e seiscentos euros. Ou nos movemos todos com muita agilidade, ou não temos cá ninguém com problemas, ou não há barreiras arquitectónicas. Concerteza que todos vós lestes estes números que são incómodos mas que estão escritos e não foram manipulados. Foram apenas comparados e mostradas quais foram as opções deste Executivo Camarário com o pouco dinheiro que dispõe neste momento de "vacas magras" para todo o País e neste Concelho em particular.

Sr. José Silvério da CDU, apresenta cumprimentos. Vai tentar ser muito breve porque não é técnico de contas, não é trabalhador da função pública, é agricultor e quando deita as sementes à terra elas têm que nascer e vingar. É o caso da Freguesia de Poceirão, uma Freguesia rural com cento e cinquenta quilómetros quadrados. No ano transacto deixou bem claro a sua posição sobre o Orçamento de 2005 e parece que foi esquecida para 2006. Verifica que a Freguesia de Poceirão, em relação às outras, foi muito penalizada. Verifica que na Freguesia de Palmela foram feitas quarenta e uma intervenções, no Pinhal Novo fora feitas vinte e seis, na Quinta do Anjo foram vinte e uma, em Marateca foram dez e por fim em Poceirão foram cinco. Está aqui porque foi eleito por uma população que é quase metade do Concelho e é triste ver estas situações e o que foi analisado. Este Orçamento não foi feito a pensar na Freguesia do Poceirão. Vejamos o ano de 2006, um ano de crise, em que existe um aumento de trabalho e de intervenções nas Freguesias de Pinhal Novo e Palmela, Marateca e Poceirão também aumentam. Refere que de sete obras previstas para o mandato, cinco delas vêm dos anos anteriores e têm vindo sucessivamente a ser adiadas passando agora para 2007, como são os casos da Pavimentação e Alargamento da Estrada 533 entre Poceirão e Lau, Repavimentação da Estrada de Pegos, Pavimentação do Caminho de Acesso à Escola do Forninho, Pavimentação da Rua António Albino, Pavimentação da rua José Gaspar da Silva em Lagameças. Por outro lado existem obras que embora previstas no Plano anterior não foram feitas e estranhamente desapareceram deste novo Plano como são os seguintes casos: Plano de Pormenor da Zona Industrial do Poceirão, Pavimentação da Rua Abel Ferreira, Pavimentação da Rua da Escola de Lagameças e Pavimentação da Rua Padre Julian. Desta análise se conclui que a Freguesia de Poceirão tem ficado sempre prejudicada relativamente às outras Freguesias. No entanto, considerando que o Orçamento Municipal é claramente marcado pelas limitações impostas pelo Orçamento Geral do Estado e que 2006 é o primeiro ano do mandato de quatro anos. Mas não vai deixar de aqui dizer que não pode estar ao lado de uma população que o elegeu para este Concelho, para estar aqui a representá-los pelo que terá que se abster neste Orçamento. Termina dizendo que não aceita que esta situação se volte a repetir por mais nenhuma vez tal como disse no ano passado.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, diz que é complicado fazer esta intervenção depois da intervenção feita pelo seu antecessor, em defesa dos interesses das populações da sua zona, que compreendem e daí a razão da apresentação da Moção no início da sessão. E quando é dito num dos pontos da Moção que: "… exigir do Governo o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais …", concerteza que isto a ser cumprido iria de alguma forma atenuar esta mágoa que José Silvério colocou. Mesmo assim este Orçamento é o Orçamento possível, tendo em conta as contingências impostas às Autarquias Locais por este Governo e por outros sucessivos Governos. A Sra. Presidente quando fez a introdução colocou alguns valores que convém que os tenhamos em conta, ou seja uma boa fatia do Orçamento para a Educação, para o Ambiente ou seja Saneamento, Resíduos Sólidos Urbanos, Protecção da Natureza, Meio Ambiente quase trinta por cento, Cultura cerca de oito por cento, Desporto, Recreio e Lazer cerca de seis vírgula três por cento. Termina dizendo que dentro das contingências das vacas magras, este Orçamento pode não parecer um Orçamento justo mas é de certeza o Orçamento possível tendo em conta todos estes condicionalismos.

Sr. Faustino Santos do PS, apresenta cumprimentos. Diz que hoje prometeu a si mesmo não se zangar com ninguém porque acha que não vale a pena. Este espaço é um espaço simbólico porque no rés-do-chão deste edifício há quarenta e nove anos foi o local em que fez o exame da quarta classe. Hoje recorda tudo isso e seria muito mau da sua parte vir para aqui com ataques e palavras vãs que não levam a nada nem a ninguém. Queria só recordar a Sra. Presidente da Câmara, através da voz da consciência, que na Marateca após as eleições de Outubro a sua população teve duas votações para duas maiorias. No Faustino Santos para a Junta de Freguesia e na Sra. Presidente da Câmara para a Câmara Municipal. Aos dois cabe a responsabilidade de dar àquela Freguesia e àquelas pessoas parte daquilo que elas precisam, não é tudo. Está disponível para trabalhar para isso. Está convencido que nos novos Orçamentos, que irão vir em 2007, 2008 e 2009, a Marateca já virá contemplada com o que já falaram e que gostaria de dar àquela gente. Não é este Orçamento que estamos hoje a discutir e aprovar porque este não tem nada, mas os outros certamente vão ter por isso é que está a ser simpático. Acha que é assim que deve governar a sua Freguesia, com calma, com prazer de viver e levar àquela gente a confiança no futuro. Os atrasos e os grandes atrasos que este Concelho tem arrastam-se há trinta anos, não é a Sra. Presidente da Câmara, nem este executivo, que tinha a responsabilidade de em quatro anos fazer aquilo que todos os outros não fizeram. A Câmara de Palmela asfaltou mais estradas neste mandato de quatro anos que nos doze anos anteriores, apesar ser Marateca não ter sido beneficiada. Teve que dizer estas coisas porque são verdades, porque se quisesse dizer outras coisas, coisas bonitas daquelas que todos gostamos, também sabia dizer. Termina desejando a todos um Bom Natal.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para poder responder a algumas questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, diz que não vai comentar os comentários dos Srs. Membros da Assembleia mas vai tentar dar algumas respostas, principalmente aquelas que lhe parecem ser importantes para perceber o documento. A primeira questão é colocada sobre um eventual erro que tem que ver com os Impostos Indirectos e com as Taxas. Gostaria de esclarecer que existem dois tipos de Taxas, que se destinam a distinguir as taxas do urbanismo que podem ser pagas por empresas, normalmente no âmbito dos loteamentos estamos a falar de Taxas que são pagas através dos Impostos Indirectos e podem ser pagas por particulares quando num processo normal de obras no âmbito do urbanismo pagam uma taxa. Isto já não é um Imposto Indirecto. As taxas das empresas vem na rubrica dos Impostos Indirectos, a taxa dos particulares faz parte das Taxas, Multas e Outras Penalidades. Relativamente a muitas das questões colocadas pelo Sr. Membro da Assembleia Fernando Nascimento gostava de o remeter para a leitura do documento, a página dezasseis, nomeadamente quando questiona os Órgãos de Assessoria, e fá-lo tendo em conta a forma como intervém sobre o tema porque não aceita, nem em seu nome nem em nome dos técnicos da autarquia, atestados de incompetência em tanta áreas. Órgãos de Assessoria são todos aqueles que não estão integrados em Departamentos e que integram serviços municipais mas são tratados como tal, nomeadamente Gabinete de Apoio à Presidência, Gabinete do Centro Histórico que é um serviço, Gabinete de Pinhal Novo que é outro serviço e GAFOL que

é o Gabinete de Apoio às Freguesias e Organizações Locais. Quanto à questão da correcção dos cem euros no mapa, quer explicar que os cem euros são Outras Receitas de Capital que para poderem vir a acontecer têm que estar previstas no Plano. O que aconteceu na reunião de Câmara é que foi apresentado um mapa síntese e neste mapa o valor global não contemplava estas pequenas rubricas e não contemplou os cem euros, por isso o resultado final efectivamente somando as parcelas dava uma diferença de cem euros. É uma opção de apresentação de documentos e quando foi levantada a questão pensou-se que seria um lapso mas de imediato foi explicado pelos serviços do que se tratava. Quanto às Despesas com Pessoal existe uma diferença entre o valor apresentado e o valor para este ano. Esta diferença tem a ver com a redução que se introduz na verba das horas extraordinárias, ou seja são contemplados os aumentos com pessoal e é feito um cálculo que deve tender para não permitir contratação de novo pessoal, mas com a possibilidade de ajustamentos tendo em conta as várias reformas que poderão acontecer. Em relação ao mapa de transferências para as Freguesias, na página oitenta e cinco aparece um valor de um milhão trezentos e trinta e sete mil euros em números redondos e no Orçamento temos um valor de um milhão trezentos e cinquenta e seis mil. A diferença deve-se a que o primeiro valor diz apenas respeito aos valores transferidos para as Juntas ao abrigo dos Protocolos e o outro valor contempla a recepção por parte de algumas Juntas de valores transferidos ainda ao abrigo do recenseamento eleitoral e um valor muito concreto transferido para a Junta de Freguesia de Poceirão ainda por conta da obra realizada no mercado. A soma destes valores é que dá a diferença e mais uma vez não é um erro de contas. O tratamento de águas e as comemorações do 25 de Abril não acontecem só em 2006 o investimento é plurianual, ou seja tem que ser retratado de forma plurianual e plasmado no documento ao longo dos quatro anos, a actividade é que anual. Gostava de reiterar o que já foi dito na Câmara Municipal, ou seja este documento não é o documento ideal que gostariam de apresentar ao Concelho de Palmela porque consideram que o Concelho continua a ter insuficiências que naturalmente esta proposta de Orçamento com esta distribuição de intervenções que vem satisfazer. Com estas disponibilidades financeiras é o documento possível e não é injusto no sentido de que não tem atenção a áreas que sejam consideradas menos importantes do território, não é desatento relativamente às necessidades de todas as Freguesias portanto é um documento equilibrado e é o documento possível. Em relação a uma verba, referida pelo Sr. Membro Bracinha Vieira, que é a do combustível gostaria de recordar que em 2005 tivemos um aumento de dezanove por cento nos combustíveis, e que por força disso tivemos imediatamente que fazer um reforço substantivo do Orçamento. Se compararmos este Orçamento com o inicial de 2005 há sem dúvida crescimento, mas a comparação do ano de 2006 com o ano de 2005 reduz esta verba no ano de 2006. O aumento dos valores da Limpeza e Segurança tem a ver com a existência de novos equipamentos, nomeadamente a Biblioteca e a Unidade Museológica de Algeruz. Em relação às questões da orientação estratégica do documento, compreende as críticas que os Srs. Membro da Assembleia podem fazer ao documento, eventualmente fariam opções diferentes, mas acha que a estratégia deste documento é clara se tivermos em consideração aquilo que a maioria que gere a Câmara tem dito relativamente às suas prioridades para este Concelho. Se lermos a proposta de documento, verificamos que a primeira opção da proposta é para a área da Educação com catorze vírgula três por cento do investimento das GOP, a segunda opção para a área do Saneamento com treze vírgula seis por cento das GOP, a terceira opção é para a Rede Viária e

tem onze vírgula oito por cento das GOP. Se quisermos falar em grandes áreas estratégicas de intervenção vamos ver que se ao Saneamento somarmos o Abastecimento de Água, os Resíduos Sólidos e o investimento de dois vírgula sete por cento no Ambiente, temos cerca de vinte e nove por cento das Grandes Opções do Plano. Claramente o Ambiente não é só aquilo que se traduz por dois vírgula sete por cento, que de acordo com a classificação funcional só abarca as obras nos jardins o que enviesa a leitura do documento. O Ambiente não são só os jardins. Esta verba decresceu porque no mandato anterior tivemos o grande peso do Jardim de Aires, que foi uma obra pesada, e a própria Praça da Independência que foram as duas maiores intervenções em termos de espaços verdes. Neste momento a grande intervenção que surge programada no Plano é para o final do mandato e tem que ver com a requalificação do Largo de São João e Quinta da Cerca, porque é uma obra muitíssimo pesada e que se considerou não ser possível executá-la financeiramente nos primeiros anos do mandato. Aquilo que se designa rigorosamente por Ambiente são as intervenções nos espaços verdes, mas na opinião do executivo as intervenções no Ambiente é o conjunto das intervenções que têm que ver com qualidade de vida directamente introduzidas em infra estruturas e em áreas que são fundamentais na vida das pessoas, como seja de facto os resíduos sólidos, o abastecimento de água e o saneamento. Temos ainda a Cultura e o Desporto também numa lógica que a tal sustentabilidade que nós queremos para o Concelho não é só a sustentabilidade do território em sentido físico mas também a sustentabilidade em sentido social. A sustentabilidade em sentido social acontece com o maior investimento que fazemos na Educação e com o investimento que ainda assim não descuramos na Cultura e no Desporto. Este conceito de sustentabilidade é tornar o Ambiente harmonioso entre as pessoas e o território enquanto espaço físico. A verba das Escolas sofreu uma redução em relação ao ano passado bem assim como a verba da Rede Viária apesar de se manter a regra das prioridades e houve um aumento na área relacionada com as Águas. Em nossa opinião isto acontece não por acaso mas porque é uma estratégia. Apesar do concelho continuar a precisar de um grande investimento na qualificação do nosso parque escolar e na qualificação da rede viária, pensamos que o Concelho precisa neste momento sobretudo de um maior investimento nesta área das águas como aparece plasmado no documento. Já foi bastante falado no mandato anterior que as principais redes do Concelho são também muitíssimo antigas, e no dia em que nós começássemos a mexer estávamos confrontados com um grande investimento e isso vai acontecer agora com a rede de Palmela que é a mais antiga. Pensa que esta é a lógica normal de qualquer Orçamento, a não ser que este crescesse e nós pudéssemos manter os níveis de investimento na Educação, na Rede Viária e ainda assim ampliar o investimento nas Águas, No caso actual com o decréscimo do Orçamento não vê como é possível não fazer esta gestão. Por tudo isto acha que esta gestão e estas opções são equilibradas e são conformes com as opções que foram colocadas à consideração dos cidadãos. Ninguém nos disse nunca que as nossas prioridades deviam ser outras que não as que aqui estão. Diz que está de acordo com uma crítica que aponta para alguma insuficiência de investimento em duas áreas que considera muito importantes. Uma delas, a da Qualidade e Modernização dos Serviços, é uma das áreas onde se tem provado que o investimento é realmente fundamental, não só para fazermos melhor aquilo que nos propomos como garantir cada vez mais qualidade nos serviços prestados aos cidadãos. Mas foi uma opção, porque entendemos neste mandato privilegiar o investimento nas instalações que é inadiável a começar pelo órgão Assembleia Municipal que tem não instalações condignas,

bem assim como os Srs. Vereadores da oposição que estão instalados em condições péssimas mas alguns dos eleitos a tempo inteiro não estão muito melhor. Em relação à Acção Social é um tema muito importante, mas considera que a Câmara Municipal já faz um grande esforço de intervir em áreas que não são da sua responsabilidade e não tem a prática de não aceitar desafios que sendo muito importantes para a vida das pessoas não fiquem pelas competências municipais. É exemplo disso o relacionamento com as instituições que actuam no domínio do acolhimento e apoio a crianças e idosos, aquilo que participamos ou comparticipamos com estas associações nos seus projectos, excede claramente as competências e as atribuições da Câmara e acho que devemos continuar a fazê-lo. Ser solidário e procurar a tal sustentabilidade social também implica isto, olhar para áreas a que temos de acudir independentemente da escassez dos nossos recursos. Este raciocínio não pode ser estendido sem limites, portanto extensivo a todas e quaisquer áreas de intervenção. São exemplo disso a habitação e transportes porque são claramente duas áreas da competência da Administração Central e por isso acha que não se deve entrar nessa tentativa de resolver mal problemas centrais. Deste modo acha muito difícil o desafio de termos uma política de habitação de outra natureza e à intervenção nos transportes públicos ou para colmatar a ausência de transportes públicos. Existe uma leitura que acha não poder ser a mais indicada para a questão do investimento no ordenamento. Na reunião de Câmara já surgiu esta crítica, pelo que sente obrigação de esclarecer novamente. Os Planos que apresentamos no âmbito de ordenamento do território, como sejam os Planos de Urbanização, os Planos de Pormenor não esgotam toda a necessidade de planeamento que sentimos para o território. Nestes últimos anos têm sido uma proposta muito ambiciosa porque temos proposto desenvolver muitos Planos que frequentemente têm tido um fraquíssimo desenvolvimento e que têm esta verba orçamentada porque corresponde àquilo que tem podido ser o seu desenvolvimento. Quando um Plano demora meio ano e mais para análise no âmbito de um qualquer organismo da Administração Central, seja CCDR ou outro, não é possível desenvolver o plano e não é possível executar financeiramente aquilo que nos propusemos. O que fazemos é analisar os Planos que estão em curso, e olhando para o que a prática nos diz, tentando perceber o que é suposto acontecer no desenvolvimento dos mesmos. Devíamos todos desejar que eles andassem tão rapidamente que tivéssemos que vir propor uma alteração orçamental no sentido de reforçar a rubrica dos Planos, o que, infelizmente, é muito pouco provável que aconteça tendo em conta outras experiências. Em relação à crítica de que as Despesas Correntes e as Despesas de Capital se subvertem quer dizer que, ao contrário daquilo que frequentemente pensamos, as Despesas Correntes não têm que ver com o funcionamento da Autarquia no sentido da máquina autárquica. As Despesas Correntes englobam muitas das actividades que são desenvolvidas tais como a conservação e o funcionamento das escolas, o material didáctico para as escolas, os projectos educativos – Aprender a Nadar, Fantasiarte -, os transportes escolares, as refeições escolares, o saneamento, o funcionamento das estações de captação e de tratamento de água, a remoção dos resíduos sólidos, os projectos de animação cultural, a conservação da rede viária, a protecção civil são exemplos dessas despesas. É evidente que tudo isto significa uma grande fatia do Orçamento. Dentro das Despesas Correntes, as Despesas de Funcionamento significam apenas quatro milhões e oitocentos mil euros e tem a ver com os gastos de combustível, arrendamento, limpeza, peças para reparações, electricidade, comunicações, vigilância. Em relação às despesas de funcionamento, mas sobretudo ao conjunto das Despesas Correntes estaremos nós em

condições de dizer que há áreas que deveriam merecer um menor investimento. Estamos a falar de áreas que têm a ver directamente com a qualidade de vida das pessoas. Se disserem que há que fazer um grande esforço para ainda assim racionalizar os gastos de combustível, racionalizar os gastos com limpeza, gastar menos electricidade, gastar menos comunicações, está de acordo porque é nesse sentido que aponta o Plano que é apresentado este ano, com menor gastos em todas estas áreas. Tem dúvidas que no conjunto das Despesas Correntes, no material didáctico para as escolas, nas transferências para as Juntas, nos sistemas de tratamento de esgotos, na limpeza de contentores, na iluminação pública, etc., se possam introduzir quebras neste Orçamento. Para terminar diz que compreende o desalento de alguns Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia, apesar de todos sentirem que as suas Freguesias não estão contempladas com mais investimentos. Corrobora a ideia do Executivo da Câmara com cada um dos Executivos das Juntas de Freguesia serem, em conjunto, responsáveis por proporcionar às populações mais qualidade de vida, mas quer dizer, mais uma vez, que tiveram a preocupação de distribuir da forma possível os recursos de que dispõem.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 10 votos contra (6 do PS e 4 do PSD) e 2 abstenções (1 da CDU e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sra. Carla Oliveira do PS, ausentou-se da sala pelas 02,05 horas.

3 – Alteração do Espaço Canal da Via Alternativa à EN 379

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem quer intervir.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, julga que não poderão nem deverão votar a proposta em questão. Pergunta qual dos membros da Assembleia conhece o que está em causa? Quem conhece os percursos que estão em causa? Quantos conhecem a alternativa A, B, C e D? Aqui só fala no traçado primitivo, qual deles é o traçado primitivo? C, D, A ou B? Que traçado é este? Em concreto não sabemos que propriedades são afectadas por um traçado ou por outro. Segundo o conhecimento que tem a alternativa C, que aqui não consta como alternativa C, não sabe se é um estudo prévio se uma alteração ao estudo prévio ou se é o traçado primitivo, que aqui foi apresentada atravessava vinte e oito propriedades não de grande dimensão mas propriedades particulares onde se poderia eventualmente atravessar sem prejuízo. Agora a alternativa D põe em causa postos de trabalho, porque atravessa locais onde estão implantadas empresas. Esta questão, em sua opinião, não deveria ser votada aqui sem antes haver uma deslocação ao local, ter conhecimento do que se passa no local, ter conhecimento de um e outro troço. Tanto mais que estaríamos aqui a votar uma proposta de olhos fechados, coisa que não gostaria de votar nem contra, nem abster nem eventualmente a favor. Sente necessidade de ir ao local ver o que está em causa, quais são as alternativas, quais são os terrenos afectadas por uma proposta e por outra proposta. Relativamente ao conteúdo, esta proposta não está bem

apresentada. Bem apresentada está a proposta no desenho AS17, ou seja na planta anexa. Diz que o nº. 1 da proposta contém um lapso uma vez que o artigo do Decreto Lei que é referido não tem alínea e). Comparando, a redacção da AS17 está correcta com a redacção da proposta no ponto nº.1, esta última não está correcta. Estamos perante uma proposta que até em termos de interpretação não está correcta. Pergunta qual dos colegas consegue interpretar o que está no ponto nº.2? É opinião do PSD que seria bom ir ao local ver o que está em causa, ver o que se trata, quais as alternativas e depois sim vir para aqui e saber o que é isto de espaço primitivo, traçado primitivo, alteração ao traçado primitivo, etc. Não consegue compreender a proposta e julga que a alternativa C e D seria mais perceptível e deveria ser essa que estaria aqui apresentada nestas plantas.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que este tipo de propostas põem sempre alguns problemas de interpretação, no entanto foi objecto de estudo dos Vereadores socialistas e da bancada, houve matéria aduzida pela Sra. Presidente, houve trabalho feito pelos serviços competentes que é onde nós repousamos, e nunca esta Assembleia pôs em causa os trabalhos feitos pelos técnicos seja a que nível for porque são pessoas imparciais, e não são decisões políticas são decisões técnicas. Gostariam que a Sra. Presidente aduzisse mais algumas informações para nos permitir votar, ou não votar, em consciência sobre esta proposta. Caso a Sra. Presidente tenha alguma dúvida e achasse por bem retirar a proposta para estudo posterior, não vê qualquer inconveniente. Acham que a proposta está bem redigida, tem um parecer técnico que está bem feito e só poderíamos votar, ou não votar, a proposta se ela for retirada pelo executivo.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que em relação a este caso também teme que esta questão se possa arrastar indefinidamente porque se recorda quando a proposta veio ao executivo, em Maio ou Junho deste ano, havia um estudo bastante bem fundamentado e nesse estudo dizia-se que a alternativa então aprovada era aquela que fundamentalmente apresentava menos danos para os espaços naturais. Era aquela que permitia proteger várias zonas da REN e isso era um argumento decisivo. Pensou, e todos pensamos, que o problema estivesse resolvido definitivamente. Pensa que veio à Assembleia Municipal e que foi também aprovado. Havia alguns proprietários que eram naturalmente afectados, como haverá sempre e é o caso da presente proposta. Não sabe porque é que voltou atrás pelo facto de algumas pessoas na discussão pública terem colocado alguns reparos. Voltou-se atrás e vamos hoje votar uma solução que é muito pior que a solução anterior. Na altura viu o estudo técnico que estava bem feito, achou que era uma excelente solução e custa-lhe agora voltar atrás. É evidente que há dois argumentos possíveis, um é o de que há direitos da Brisa, enquanto concessionária, por causa de uma faixa larga que implica com o traçado que aprovamos há uns meses atrás. O segundo é o argumento que no meio desta confusão toda que criou voltar ao que está no PDM, ao espaço canal PDM, que é uma solução cómoda. No entanto acha que esta solução é pior que a anterior e o que hoje vamos aqui votar compromete áreas naturais de grande sensibilidade, e compromete também a criação eventual de empresas e postos de trabalho. Mais vale pararmos a decisão e ao tomarmo-la, tomarmos uma decisão que acabe com este processo do que estarmos neste clima de deliberar e voltar atrás.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se a Sra. Presidente pretende prestar algum esclarecimento.

Sra. Presidente da Câmara, esta proposta que agora é apresentada não é pior do ponto de vista dos espaços naturais porque o território é exactamente o mesmo. Há efectivamente uma mancha de REN que é apanhada por esta proposta, mas nas alternativas era igualmente apanhada. A única diferença é que no primeiro estudo que foi feito, porque a área da REN mais próxima da auto-estrada já está comprometida com a própria auto-estrada considerar-se-ia não estarmos perante a necessidade de desafectar espaços naturais. O espaço é exactamente o mesmo por isso não se está a fazer uma nova incursão nos domínios da REN. Relativamente ao processo, e caso os Srs. Membros da Assembleia não tenham ficado elucidados, diz que tudo isto foi sujeito a discussão pública, em três reuniões públicas abertas a toda a gente, tendo sido apresentados vários cenários e todos os documentos de que se dispunham. Inclusivamente foram apresentadas imagens que permitiam ver as questões da assimetria do terreno e as grandes alterações que poderiam ser provocadas por uma e outra intervenção. Compreende que para os Srs. Membros da Assembleia seja mais difícil de entender por o contacto com o processo ser apenas este, mas estão disponíveis para gastar todo o tempo que seja necessário. Não entende como válida a proposta de retirar a presente proposta dado aquilo que já foi argumentado. Para uma intervenção deste tipo nós nunca encontraremos uma solução que não tenha aspectos negativos. A melhor solução que foi identificada foi a solução que imediatamente se começou a estudar fora do espaço canal, e que está identificada na planta como solução B. Era a mais vantajosa para o conjunto do território e tinha como mais valia o facto de se inscrever na zona de influência da auto-estrada. Essa solução foi imediatamente rejeitada pela Brisa pelas razões que há pouco já invocou. A seguir foi estudado aquilo a que foi chamado solução A, que aparece a vermelho na planta, mas foi imediatamente considerada do ponto de vista da topografia muito desfavorável. A própria Câmara entendeu não dever tecnicamente prosseguir com este estudo. Continuando na procura de alternativas sempre mais próximas da auto-estrada, foi estudada a solução C que é exequível do ponto de vista técnico, apresenta interferência com vinte e oito propriedades, registou dez reclamações embora este dado seja pouco preciso. Tendo em conta os transtornos que esta solução provoca, ainda que seja exequível, entendemos voltar a estudar a solução do espaço canal porque esta solução só era claramente menos boa, na nossa opinião, quando confrontada com o primeiro estudo que foi feito, ou seja a solução B. Comparando com a solução B é evidente que qualquer uma das outras é mais desvantajosa. Entre soluções mais desvantajosas nós entendemos dever circunscrevermo-nos à solução do espaço canal. Do ponto de vista formal não há nada nem ninguém que possa criticar uma solução que se desenvolve num espaço canal que está definido há dez anos, independentemente de haver prejuízos sobre propriedades. Tendo em conta o que foi dito, pergunta qual a possibilidade de implantar uma via com esta dimensão e com esta extensão sem prejudicarmos propriedades. Acha que não há essa possibilidade e é uma questão de princípio. Poder-se-ia voltar atrás, tantas vezes quantas as necessárias sempre que se fizessem estudos fora do espaço canal. Aquilo que se propõe é regressar ao espaço canal e apesar de todo o sacrifício que esta questão tem para estas pessoas, tem a legitimidade de acontecer num espaço que já está previsto há muitos anos para o efeito. A

solução C tem o contra de acontecer sobre um espaço que ninguém previa que acontecesse. Sendo soluções tecnicamente compatíveis temos esta grande diferença formal e moral, e depois temos uma diferença técnica que é a questão que coloca a Brisa e que para nós é incontornável. A Brisa diz-nos em ofício que "…reiteram o já mencionado nas várias reuniões de trabalho que os traçados alternativos designados por soluções A, B e C ao desenvolverem-se contiguamente à A2 têm implicações no futuro alargamento do sub-lanço Coina/Palmela. Com efeito a solução D é a que se distância mais da auto-estrada e a que se desenvolve no espaço canal definido para esta via. Nós achamos que podemos, e devemos, continuar a trabalhar tecnicamente neste assunto. Agora definitivamente, e legalmente, temos que nos escudar senão os trabalhos não evoluem. Há um limite que admitiria, teoricamente, podermos voltar a discutir esta proposta mas apenas no pressuposto que alguma coisa se invertia na lógica da Brisa e que a autorização era dada para a solução B. Apenas neste pressuposto, sem ele acho que devemos consagrar o espaço canal como o espaço onde deve passar esta via.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, pergunta qual a força legal do parecer da Brisa.

Sra. Presidente da Câmara, responde que o parecer da Brisa é vinculativo desde que aconteça sobre áreas de sua jurisdição ou seja sobre a auto-estrada e sobre o espaço canal da auto-estrada.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, relativamente à questão técnica, e não sendo técnico, tem expectativa e confiança nos serviços técnicos se bem que, por vezes, aconteçam situações como aquela do Monte Novo em Pinhal Novo. Acha que a fiscalização dos serviços técnicos também compete às forças políticas e é para isso estamos aqui. Foi nesse sentido a proposta do seu companheiro de bancada Fernando Nascimento para que a Assembleia Municipal, nomeadamente em sede de Comissão, pudesse acompanhar este processo. Isto porque a nossa Assembleia e a maneira como temos estado a funcionar faz com que não seja possível, quando se recebe os documentos, fazer funcionar uma Comissão. Há um espaço de tempo muito curto que nos provoca dificuldades de funcionamento. Em sede de Comissão poderíamos escalpelizar todas as dúvidas e verificar se foram esgotados todos os canais, nomeadamente em relação à empresa concessionária Brisa, e saber até que ponto poderia haver mais diligências a fazer porque por vezes não se esgotam só no ofício. Daí esta sugestão que o Partido Social Democrata fez a bem do próprio funcionamento e a bem do próprio relacionamento institucional que deve haver entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal enquanto ordem fiscalizador do Município.

Sra. Presidente da Câmara, refere que não existe limite temporal que se esgote nas próximas semanas pelo que não vê nenhum contra, até se isso tem que ver com uma maior elucidação da Assembleia, a que este tema "baixe" à Comissão. Deste modo conjuntamente e tecnicamente, com mais elementos, poderemos discutir a nível de Comissão desde que a Assembleia se pronuncie preferencialmente dentro do mês de Janeiro.

Sr. Presidente da Mesa, diz que está prevista uma sessão extraordinária da Assembleia em meados de Janeiro onde se poderia tentar que este assunto fosse discutido. Antes disso seria efectuada uma reunião de Comissão para analisar tecnicamente o assunto. Não lhe parece de acolher a sugestão do Sr. Fernando Nascimento, em relação a uma visita ao local, porque não trará nada de novo. Pensa que uma análise a nível de gabinete com documentação e informação técnica será o suficiente. Deste modo propõe que a proposta seja remetida para a Comissão respectiva para que, durante o mês de Janeiro se reúna para análise detalhada da mesma. A proposta obteve acolhimento por parte de todo o Plenário.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 02,30 horas do dia 21 de Dezembro de 2005, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 21 de Dezembro de 2005